

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão
Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual*
Linha de Ação: HISTÓRIA ORAL

Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão
Volume 1



**“EU SEMPRE ACHO QUE VALE A PENA
SER MINISTÉRIO PÚBLICO”**

**Depoimento da ex-Procuradora-Geral de Justiça
ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA**

Edição comemorativa dos 30 anos da eleição,
pelo Ministério Público do Maranhão,
da primeira Procuradora-Geral de Justiça do País

Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão

Volume 1

**“EU SEMPRE ACHO QUE VALE A PENA SER
MINISTÉRIO PÚBLICO”**

Depoimento da ex-Procuradora-Geral de Justiça
ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Luiz Gonzaga Martins Coelho
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Francisco das Chagas Barros de Sousa
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariléa Campos dos Santos Costa
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Marco Antonio Anchieta Guerreiro
SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TITULARES (2017-2019)

Luiz Gonzaga Martins Coelho
PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
CORREGEDOR-GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Carlos Jorge Avelar Silva
CONSELHEIRO

Domingas de Jesus Fróz Gomes
CONSELHEIRA

Francisco das Chagas Barros de Sousa
CONSELHEIRO

Mariléa Campos dos Santos Costa
CONSELHEIRA

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
CONSELHEIRA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iraci Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite

Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho
Carlos Jorge Avelar Silva
Lize de Maria Brandão de Sá Costa

Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão
Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual*
Linha de Ação: HISTÓRIA ORAL

Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão

Volume 1

**“EU SEMPRE ACHO QUE VALE A PENA SER
MINISTÉRIO PÚBLICO”**

Depoimento da ex-Procuradora-Geral de Justiça
ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA

Edição comemorativa dos 30 anos da eleição,
pelo Ministério Público do Maranhão,
da primeira Procuradora-Geral de Justiça do País

São Luís
2020

© 2020 by Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**Classificação e organização do conteúdo da entrevista por temas,
edição do texto completo, pesquisa de ilustrações, legendas e notas:**

Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Ilustrações:

Seleção de Washington Cantanhêde, a partir do seu acervo pessoal, das publicações e do acervo do Programa *Memória Institucional do MPMA*, do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do acervo da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca e das publicações da Coordenadoria de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça.

Apoio pontual: Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos e Kelcilene Rose Silva.

Revisão do texto editado:

Washington Luiz Maciel Cantanhêde, Kelcilene Rose Silva
e Cláudio Luiz Frazão Ribeiro.

Supervisão e Normalização:

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos e equipe da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça

Capa:

Concepção de Washington Cantanhêde e arte de Wemerson Duarte Macedo.

Editoração:

Wemerson Duarte Macedo

Impressão:

Nova Indústria, Comércio e Serviços Ltda. – EPP (NOVAGRAF) – São Luís/MA.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha n.º 3261, Calhau.
São Luís-MA.CEP: 65076-820.
Fones: (98) 3219-1600 / (98) 3219-1624.
Homepage: <http://www.mppma.mp.br>

Memorial do Ministério Público do Maranhão

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro.
São Luís-MA. CEP: 65020-910.
Fones: (98) 3219-1950 / (98) 3219-1804
Homepage: <http://www.mppma.mp.br/memorial>

Maranhão. Ministério Público. Programa Memória Institucional.

“Eu sempre acho que vale a pena ser Ministério Público”: depoimento da ex-procuradora-geral de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva/ Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão; Elimar Figueiredo de Almeida Silva; organização, edição, pesquisa de fotos e notas de Washington Luiz Maciel Cantanhêde. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2020.

128 p.: il. – (Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão; v. 1)

ISBN: 978-65-87765-02-0

1. Ministério Público - Maranhão – História oral. 2. Ministério Público - Maranhão - Entrevistas. I. Silva, Elimar Figueiredo de Almeida. II. Cantanhêde, Washington Luiz Maciel. III. Título. IV. Série.

CDU 347.963(812.1)(093)

**PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Corregedor-Geral do Ministério Público

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça
Coordenador da Comissão

Washington Luiz Maciel Cantanhêde
Promotor de Justiça

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça

Ana Luiza Almeida Ferro
Promotora de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

“Os desafios para os membros do Ministério Público que atuavam nas comarcas do interior eram esses: a falta de segurança, a falta de condições materiais de trabalho, a baixa remuneração... Nós ganhávamos muito pouco e havia a dependência de receber essa remuneração do coletor estadual: nós tínhamos que esperar a arrecadação no Município; se o coletor achasse que dava para nos pagar, pagava. Essa era a nossa paisagem naquela época. Então, isso parece uma coisa tão remota, que é até inimaginável, mas era o nosso cotidiano.”

“Eu pautei a minha vida toda, apesar de não existir ainda previsão legal, por manter a minha independência funcional. Eu nunca me curvei aos guantes dos poderosos, nunca admiti que interferissem em meu trabalho.”

“A sociedade ainda não conhecia o caminho do gabinete do promotor; a sociedade precisava reconhecer esta instituição como defensora de seus direitos. E eu me propus exatamente a fazer isso, a valorizar a figura do promotor perante a sociedade a partir da investidura nos cargos. Durante os meus mandatos, eu promovi quatro concursos de ingresso na carreira, solenizei a posse dos promotores de justiça – não era um cargo qualquer; a sociedade precisava conhecer quem eram esses promotores – e era a coisa mais linda e comovente vê-los entrar; seguindo o Colégio de Procuradores, vestidos nas suas becas para receber os seus atos de designação para as comarcas. Então, essa solenidade chamou a atenção de toda a sociedade e das autoridades também. Todas foram prestigiadas pelas mais altas autoridades do Estado, a partir do Governador.”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	12
IDENTIDADE, MEMÓRIA DOS PAIS, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	19
FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CASAMENTO, DESCENDÊNCIA	24
INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	30
ATUAÇÃO COMO PROMOTORA PÚBLICA	32
Comarcas e Dificuldades da Época.....	32
Independência Funcional e Desafios da Época	32
Particularidades da Atuação. Promoção	33
ATUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL	42
GREVE DE 1984	44
NA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	55
LEMBRANÇAS DO REGIME DE EXCEÇÃO	61
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	65
Circunstâncias das Nomeações	65
Desafios e Conquistas	65
O Ministério Público e a Constituição de 1988.....	67
A Greve de 1990	68

Abertura de Caminhos para Consolidação da Imagem e da Respeitabilidade Atuais do Ministério Público	68
A MULHER AVALIA A SUA TRAJETÓRIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO	82
CONDECORAÇÕES, APOSENTADORIA E MAIOR PRESENÇA FAMILIAR.....	85
O LEGADO	98
A EVASÃO DE TALENTOS, OUTRORA. A VITÓRIA, HOJE	105
MENSAGEM PARA OS FUTUROS MEMBROS DO MPMA.....	114
Esperança e Juventude	114
Uma Palavra Final Sobre a Educação	114
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	118

APRESENTAÇÃO

Esta é a primeira publicação do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão* no âmbito da sua linha de ação denominada *História Oral*.

Essa atividade, antiga proposição, alimentada desde 2003, quando tudo ainda era embrionário (ainda vivíamos o tempo do Projeto Memória do MPMA), tornou-se realidade em 2017. Em consonância com normativa específica sobre o tema da memória do *Parquet* brasileiro – a Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que instituiu o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público–PLANAME e seus instrumentos –, o procurador-geral de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho fez publicar os Atos Regulamentares GPGJ nº 21/2017 e nº 22/2017, de 01.09.2017, estabelecendo a História Oral como mais uma linha de ação do Programa Memória do MPMA e aprovando o seu protocolo.

Dentre as quinze importantes entrevistas realizadas de novembro de 2017 a outubro de 2019 no âmbito da *História Oral*, algumas já tendo oferecido subsídios para outras manifestações do Programa, dá-se a lume, agora, sob a forma de depoimento contínuo, a primeira efetuada, exatamente naquele mês, com a ex-procuradora-geral de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva.

Faz-se esta publicação a propósito e em comemoração dos 30 anos da eleição, pelo Ministério Público do Maranhão, da primeira Procuradora-Geral de Justiça do País, nota que doura mais ainda a biografia de Dra. Elimar.

Os demais depoimentos a publicar oportunamente serão os resultados das entrevistas realizadas com os ex-procuradores-gerais de justiça Roque Pires Macatrão, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e Regina Lúcia de Almeida Rocha; os ex-coordenadores da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional e membros honorários, procuradores de justiça aposentados Reinaldo Campos Castro e João Raymundo Leitão; o atual coordenador, procurador de justiça Teodoro Peres Neto; os procuradores de justiça aposentados Raimundo Ferreira

Marques, Helena Barros Heluy e Eliza Brito Neves dos Santos; e os promotores de justiça aposentados Juarez Medeiros Filho e Benedito de Jesus Nascimento Neto, aquele por ter sido deputado estadual constituinte de 1989, e este, por ter sido deputado na legislatura seguinte.

Essas autoridades foram instigadas a rememorar o passado, narrando o que vivenciaram na Instituição, possibilitando, assim, o resgate de parte da história do *Parquet* maranhense, que ainda não está escrita em livros, mas tão somente foi vivenciada por seus atores sociais. Ademais, esses relatos estão inseridos em um contexto mais amplo, para além da Instituição, de molde a que, através deles, se possa perceber as dificuldades e os desafios pelos quais passaram os membros do MPMA durante a carreira.

Em futuro próximo, terão seguimento as entrevistas com outros destacados membros da Instituição, ora suspensas em decorrência do momento de pandemia da covid-19 que atravessamos, às quais se seguirão as respectivas publicações, após degravação, edição do texto e aprovação.

A presente publicação é resultado da escolha de uma versão mais aprazível para a apresentação da entrevista realizada. Afastou-se a possibilidade de fazê-la sob a forma em que se deu efetivamente, exibindo, portanto, a sequência de perguntas e respostas correspondentes, para evitar cansaço ao leitor. Preferiu-se agrupar as declarações do entrevistado por temas, sem lhes retirar nem suprimir nada de essencial (como podem atestar tanto a gravação original quanto a sua degravação/transcrição), mas apenas fazendo-lhe o apuro formal, adequado e necessário, quanto à linguagem empregada, que, muito coloquial na origem, prejudica, não raro, a compreensão e o agrado do leitor.

Mais necessário ainda se fazia tal procedimento no caso da entrevista com Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva, porquanto ocorreu de duas formas: gravada em meio audiovisual, assim conduzida pela jornalista Daucyana Mendes Castro (o que, por si só, já demonstra a necessidade de especial edição do texto correspondente, considerando-se as repetições de praxe nas gravações dessa natureza); e apenas em áudio, conduzida pela historiadora em atividade no Programa Memória do MPMA, Kelcilene Rose Silva. Para tanto, um

roteiro de perguntas foi elaborado previamente pela historiadora, como de costume; e outras, cuja necessidade foi surgindo no decorrer da entrevista, acabaram automaticamente incorporadas ao questionário.

Esperamos ter atingido, a contento, a finalidade colimada, tanto por tornar público o resultado da entrevista realizada, mais uma fonte de pesquisa para a história institucional, como por contribuir, mediante o (desejado) deleite de quem leia o texto, para a formação de uma cultura memorialística no seio do Ministério Público do Maranhão.

São Luís do Maranhão, junho de 2020.

Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Promotor de Justiça

Membro da Comissão Gestora do Programa Memória

Kelcilene Rose Silva

Historiadora em atividade no Programa Memória



Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva em foto do momento da entrevista (23.11.2017)



Dra. Elimar homenageada pelo procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho na comemoração dos 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça (15.05.2017)

PREFÁCIO

Inauguramos com esta obra uma série histórica, que volta os olhos para o passado de nosso Ministério Público; para o que fomos, como sonhamos, o que fizemos, quem nos conduziu e como até aqui chegamos.

A linha de ação de História Oral do Programa Memória foi criada com lastro nas diretrizes estabelecidas pelo plano de gestão estratégica, encomendado em nossa administração para a Comissão Gestora do Programa, tendo por objetivo a formação de um acervo de depoimentos para auxiliar o acesso às representações, aos valores e aos sentimentos vividos por gerações que nos precederam, na construção do Ministério Público do Maranhão.

Com isso, pretendemos recuperar a história pessoal e funcional de personagens de relevantes participação e atuação na Instituição em diversos períodos.

Esta edição inicia esse percurso no tempo, a resgatar nomes e méritos que contribuíram para o fortalecimento do nosso Ministério Público, como instituição sólida e respeitada que é hoje, premiada e destacada no cenário nacional.

Com muita honra, na qualidade de Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, abrimos, em prefácio, este primeiro volume da série *Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão*, que homenageia uma grandiosa mulher, que marcou o Ministério Público do Maranhão: a Procuradora de Justiça aposentada, Doutora Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira Procuradora-Geral de Justiça do Brasil no pós-Constituição Federal de 1988, nomeada após escolha pela classe.

Tivemos a felicidade de iniciar nossa vida funcional, como servidor público, trabalhando no Ministério Público do Maranhão, na década de 1980, como oficial de gabinete na gestão de Dra. Elimar, à época, Procuradora-Geral de Justiça.

Desde então, desfrutamos de sua amizade e admiramos suas qualidades, registradas ao longo de sua trajetória institucional e testemunhadas por todas e todos que partilharam dessa rica vivência e têm o privilégio de seu convívio.

Destacamos, entre tantos qualificativos a identificá-la, sua inteligência, sua competência, seu elevado raciocínio técnico e jurídico, sua oratória e, sobretudo, seu inabalável compromisso com a justiça e com o Ministério Público do Maranhão, que edificou e muito valorizou!

Esta edição foi idealizada e pensada para lançamento no dia 15 de maio, em comemoração ao primeiro aniversário da lei que instituiu o Dia Estadual do Ministério Público, mas teve seu lançamento postergado em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus, que alterou as agendas públicas e afetou a humanidade.

A publicação desta obra, com a história, em palavras, gestos, firmeza, liderança, talento e emoção de Dra. Elimar, é o reconhecimento institucional de seu brilhante papel para o Ministério Público e de seu êxito no exercício simultâneo do múnus público e das muitas missões que conciliou como mulher: esposa, mãe, avó e amiga, sempre marcante e valorosa.

As páginas que se seguem falam de vidas, de sofrimentos, de tensões, de conquistas, de afetos. Elas respiram e dialogam com o leitor a cada linha.

O presente trabalho representa um encontro do nosso Ministério Público com seu passado e tem o condão de manter viva a história de grandes homens e mulheres, que efetivamente ajudaram a construir o presente que vivemos.

Nossa gratidão a toda a equipe do Programa Memória pelo esforço de viabilizar esta edição, cuja comissão tem funcionado como espaço de debates enriquecedores e construtivos, os quais nos têm permitido avanços substanciais.

Que este espaço, que descortinamos, mais um legado do nosso passado histórico, seja deixado, em presente, para o futuro!

Boa leitura!

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça

**DEPOIMENTO DE DOUTORA ELIMAR
FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA AO PROGRAMA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA
(LINHA DE AÇÃO: HISTÓRIA ORAL)**

Entrevista gravada em meio audiovisual (primeira parte) **e somente em áudio** (segunda parte)

Entrevistadora (audiovisual): Daucyana Mendes de Castro (jornalista)

Entrevistadora (áudio): Kelcilene Rose Silva (historiadora)

Data: 23 de novembro de 2017

Local: casa residencial da entrevistada

Horário: 11h:01min – 12h:43min

Transcrição e digitação: Djalma Vieira Pereira II (estagiário de História)

Início: 28 de dezembro de 2017

Final: 19 de fevereiro de 2018

Revisão da transcrição: Kelcilene Rose Silva (historiadora)

Início: 15 de agosto de 2018

Final: 21 de agosto de 2018

Classificação e organização do conteúdo da entrevista por temas, edição do texto completo e notas: Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Revisão do texto editado: Washington Luiz Maciel Cantanhêde, Kelcilene Rose Silva e Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

IDENTIDADE, MEMÓRIA DOS PAIS, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Meu nome completo é Elimar Figueiredo de Almeida Silva.

Eu nasci em São João Batista, que então era distrito de São Vicente Férrer, motivo de uma dúvida quanto ao meu registro: se sou de São Vicente ou de São João. O certo é que eu sou da Baixada Maranhense, um território lindo, maravilhoso, tão bonito quanto o pantanal do Mato Grosso, e eu, embora tenha saído de lá com um ano de idade, sei que lá é que estão as minhas raízes.

O meu pai¹ foi escrivão do crime, era professor e foi Promotor em São Vicente Férrer, fundou uma escola agrícola em São João Batista sob regime novíssimo, o de intercomplementaridade, e ninguém então falava nisso. Ele conseguiu máquinas aqui em São Luís, na Escola Agrícola do Maranhão, e as levou para o aprendizado dos alunos de lá. Mas, em virtude da necessidade de desenvolver a educação dos filhos, ele resolveu vir para São Luís e aqui fez concurso para escrivão, passou em primeiro lugar e foi titular do 1º Cartório do Crime da Comarca da Capital. Meu pai, se fosse vivo hoje, seria um ambientalista, porque ele escreveu, inclusive, durante quarenta anos, uma coluna intitulada Panorama Rural, em que mostrava a insensatez da queimada das matas, da poluição das nascentes, dos mananciais. Então, era um pioneiro para a sua época. Ele faleceu em 1977.

Minha mãe² era apenas doméstica, mas de uma inteligência vivaz, muito atendida com a política.

Ambos nos criaram com muito sentimento de justiça social. Eu tenho a recordação indelével dos meus pais.

A minha infância foi aquela comum a todas as crianças, um pouco peralta, naturalmente. Eu gostava muito de andar de bicicleta. Os circos, nessa época, ficavam no Parque Urbano Santos. Não havia o prédio do Liceu, ali era um descampado, onde os circos eram montados, e nós morávamos bem próximo. Então, eu e meu irmão, mais

¹ Acrísio Marques Figueiredo.

² Isídia Serra Figueiredo

velho que eu sete anos, queríamos repetir tudo o que o pessoal do circo fazia nas bicicletas. Por isso, levamos tombo memoráveis [risos]. Mas fui habituada a ler desde cedo. Nós tínhamos em casa um hábito: às seis da tarde, meu pai reunia a família e um de nós ia ler um livro, um capítulo de um livro... Como ele achava que eu tinha uma dicção boa – não é? – eu, com nove anos, estava lendo Dickens, estava lendo Machado de Assis, José de Alencar, os clássicos, e meu pai pensava que eu não entendia nada do que estava lendo, que era um automatismo apenas. Quando ele descobriu que eu entendia tudo que estava lendo, me tomou os livros e eu passei a estudar geografia. Nessa época, a gente usava um atlas geográfico, eu colocava romance dentro do atlas e ficava lendo escondido, até que meu pai descobriu a artimanha, mas, então, eu tinha já quinze anos e havia a biblioteca do Liceu, que era excelente e estava à minha disposição. Foi lá que eu sedimentei aquilo que eu considero minha cultura.

Teatro

A linda festa de ontem

Realizou-se ontem à noite, no Teatro Artur Azeredo a anunciada festa artística dos alunos do Instituto Corveira.

Ainda não havia começado o espetáculo e já o nosso templo de arte se encontrava totalmente cheio.

O que de melhor possui a nossa sociedade compareceu ontem ao Artur Azeredo, afim de assistir a representação organizada pela profeza Zôé Corveira, figura de real destaque no magisterio maranhense.

A festa iniciou-se com a representação de «Independência», burleta escolar em 1 ato, da autoria do prof. Nascimento Moraes e música dos maestros J. J. Lealme e Verdi de Carvalho.

Seguiu-se «A oradora da turma», alta comédia em 4 quadros.

Na interpretação deste interessante trabalho, distinguiram-se pela graça e inteligência as meninas Jessie Rocha Martins, Violeta Oliveira e Maria José Rego.

Ao depois foi encenada «Nos prodomos da Republica». Esta opereta que é também da autoria do prof. Nascimento Moraes mereceu da culta assistência os mais justos elogios.

A interpretação não podia ser melhor, excedendo mesmo a nossa expectativa.

Maria José Carvalho fazendo *Amelia* agradou geralmente. Também merecem os nossos aplausos Zuzana Figueiredo e Maria Dias V. Pereira.

A. Araujo esteve seguro no seu papel.

O ATO VARIADO

Também cuidadosamente organizado o ato variado agradou geralmente. Inicia-o a inteligente aluna Elimar Figueiredo, seguindo um interessante *Cateretê*, cantado e dançado com êxito pelos alunos M. D. O. Pereira, Maria do Carmo Pereira e Waidir J. Pereira.

A senhorita Clery Sileta cantou com apurado sentimento «Se uma boca vou beijar».

«A presunção de a Política-gem» foi um numero que agradou.

A festa terminou com um lindo fox dançado e cantado por um grupo de alunos.



Atuação teatral na infância. Jornal *O Combate*, 19.11.1936

«Sol de Primavera»

Está sendo esperado ansiosamente o dia 21, sábado, dia em que A Sociedade Teatral «Os Amigos de Apolonia» comemora o 33 aniversário de nascimento da imortal Apolonia Pinto, glória que o Maranhão projetou para o Brasil.

A peça escolhida por esses jovens entusiastas da arte de representar, foi a interessante comédia em 3 atos de Luiz Iglesias, «Sol de Primavera».

O consagrado autor de peças de sucesso, no teatro nacional, desta vez nos dará um interessante trabalho cheio de graça e emoção. «Sol de Primavera» é uma comédia do gênero leve que agrada a qualquer público, nem só pela sua simplicidade como também pelas cenas cheias de graça e sentimentalismo que apresenta.

«Os Amigos de Apolonia» que já conseguiram um lugar de destaque e confiança no seio do público de nossa terra terão desta vez mais uma oportunidade de mostrar de quanto são capazes.

Assim sendo estamos certos que José Brasil, Djacira Silva, Logo Burnett, Lourdes Moema, Olinda, Stenio Elimar, Mary Castro e Jorge Bitencourt saberão defender os papéis que lhes foram confiados.

Não percamos no dia 21 esta grande noite de arte.

Atuação teatral na adolescência. Jornal O Combate, 12.06.1947

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CASAMENTO, DESCENDÊNCIA

Eu estudei na antiga faculdade da Rua do Sol, a Faculdade de Direito de São Luís, quando ainda não existia a Universidade Federal do Maranhão. Essa faculdade tinha restabelecido o ensino de Direito em São Luís. E tem uma particularidade: eu conheci o meu marido lá... e nós noivamos – que, naquela época, havia todo o ritual do noivado antes do casamento – e o mais engraçado é que nosso professor de Economia Política foi nos cumprimentar e disse: “– *Ah, eu já sei por que tem muita mulher estudando Direito agora – é só para arranjar marido*”.

Praticamente, eu não escolhi o Direito; fui obrigada a fazer a Faculdade de Direito. Eu queria fazer Medicina, mas os pais mandavam na gente, integralmente; e o meu me inscreveu no vestibular para Direito – opção que me restava –, que eu fiz e me encontrei.

Fui casada durante 64 anos com o desembargador José Antônio de Almeida Silva, meu amor durante toda a vida. Ele faleceu ano passado³ e tenho como legado dessa convivência seis filhos que eu amo muito: José Antônio, que é advogado; Virgínia Helena, pedagoga; Francisco José, administrador de empresas; Lídia Helena, advogada; Luiz Antônio, agrônomo e advogado; e Elsa Helena, pedagoga. Eles já me deram 17 netos e 14 bisnetos.

³ Referência ao ano de 2016.

Na igreja de São João a 1.ª Páscoa dos Universitários

Consoante noticiamos realizar-se-á hoje, a Páscoa dos Universitários.

Para organizar a referida Páscoa, um grupo de universitários de nossa cidade, nomeou várias senhoritas pertencentes às nossas Faculdades, a fim de tomarem frente nesse empreendimento. Essa comissão organizadora ficou assim constituída: srta. Cléa do Nascimento Furtado, Wanda Martins, Maria Inês Pires de Saboya, Elimar Serça Figueiredo, Gessy Feitosa e Neife nome.

A comissão citada tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de conseguir que, o maior numero dos jovens estudantes de nossas Faculdades tomem parte nessa cerimônia religiosa. Essas senhoritas compareceram sábado último á nossa redação, a fim de convidar-nos para assistir a esse ato de fé cristã.

A Páscoa teve início ontem, com uma palestra do pe. Hugo Lopes, consagrado orador sacro e professor do Seminário de Santo Antônio, realizada ás 9 horas no Teatro Artur Azevedo.

A esta palestra, compareceu crescido numero de estudantes de nossas Faculdades, sendo de destacar a presença de 73 rapazes.

NA IGREJA DE SÃO JOÃO

Em prosseguimento á Páscoa, houve missa, ás 7 horas de hoje, celebrada na igreja de São João, seguida de comunhão geral. Imediatamente depois da missa, dirigirão todos aqueles que tomaram parte nessa cerimônia religiosa, á Faculdade de Farmácia e Odontologia, onde foi servido café e doces secos.



Juventude Católica. Jornal Pacotilha-O Globo, 24.05.1950

CRONICA SOCIAL

ANIVERSARIOS

Fazem anos hoje :

OS SENHORES :

- Silvino Fonseca, auxiliar da Estrada de Ferro S. Luís-Teresina;
- Dr. João Firmino da Nobrega;
- Carlos Afonso Ribeiro.
- Faz anos, hoje, o dr.

Joel Larine Guimarães, cirurgião dentista e uma das principais figuras do PSD atualmente em Belém do Pará.

AS SENHORAS :

- Aurelia Pinto da Silva;
- Lidia Assunção;
- Maria Moraes de Melo.

AS SENHORITAS :

- Maria Pereira Fernandes;
- Raimunda Alves da Silva;
- Eunice Goulart Carvalho.

Quando...

...avaçou. Todavia, na hora do lance conclusivo chutou por fora.

Aos 27 minutos: — Jogo passou por Coarazeiro e chutou em grandes pretensões. O veno belhou a pelota foi esbarrar no fundo do gol.

Aos 39 minutos: Cortada a entrada de Jeju.

Aos 40 minutos: — Germano, acossado por Alfredo, concede escanteio.

Aos 43 minutos Jeju recebeu a bola entre Vedito e Frejo. Chutou forte e fez goal. Os sampaínos reclamaram contra a legalidade do lance.

Aos 44 minutos: — Avançaram os sampaínos e Pinheiro chutou o balão por fora logo em seguida arreliou por encerrado, com o marcador do Estádio Ant.

...Faena acusando a vitória do Sampaínos por 4x3.

POA RELEIDA

O ultimo jogo dos sampaínos nesta capital teve uma arrecadação de Cr\$ 28.561,00.

ELIMAR SERRA FIGUEIREDO — Transcorre, hoje, o aniversario natalício da gentil senhorita Elimar Serra Figueiredo, destacada aluna do 2.º ano da Faculdade de Direito e filha do sr. Acrisio Figueiredo, nosso amigo.

A distinta senhorita recepcionará suas amiguinhas com uma lauta mesa de doces.

AS CRIANÇAS :

- Lucia Regina;
- Maria do Socorro;
- Carlos Alberto;
- Jurandir de Jesus;
- Maria das G. Pinto;
- Mario, filho do sr. Davio Domingos.

NASCIMENTOS

O lar do casal Manoel Barbosa Oliveira e Albertina Godinho Oliveira, foi, no dia 29 de Julho enriquecido com o nascimento de um robusto garoto, que á pia batismal receberá o nome de Arnaldo.

Homenagem a Corrêa de Araújo

A Academia Maranhense de Letras, homenageará a memoria do saudoso poeta Corrêa de Araujo. Fará o discurso oficial o academico Raul de Freitas, havendo, depois, declamações de poesias do homenageado, pelo dr. Ribamar Pereira, srtas. Lilia Reis, Elimar Figueredo e poetisa Lisoca Nunes.

A sessão de homenagem terá inicio ás 20 horas de hoje na séde da Academia, à rua Coronel Colares Moreira, 84.

Declamação na Academia Maranhense de Letras. Jornal *O Combate*, 24.10.1951

Novos Bachareis



Dr. José Antonio Almeida e Silva



Dra. Elimar Figueiredo e Silva

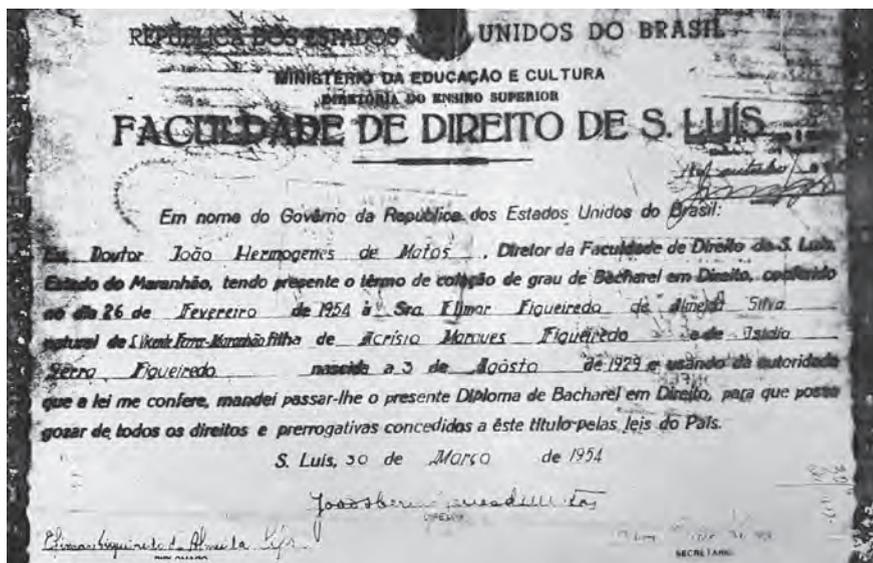
Colaram grau pela Faculdade de Direito de São Luiz no dia 25 de fevereiro p. findo os novos conterrâneos José Antonio Almeida e Silva e sua digna esposa a sra. Elimar Figueiredo e Silva, filha do sr. Acrísio Figueiredo, escrivão no Foro da capital.

Por motivo de sua formatura vem sendo os novos bachareis muito cumprimentados pelas pessoas de suas relações de amizade.

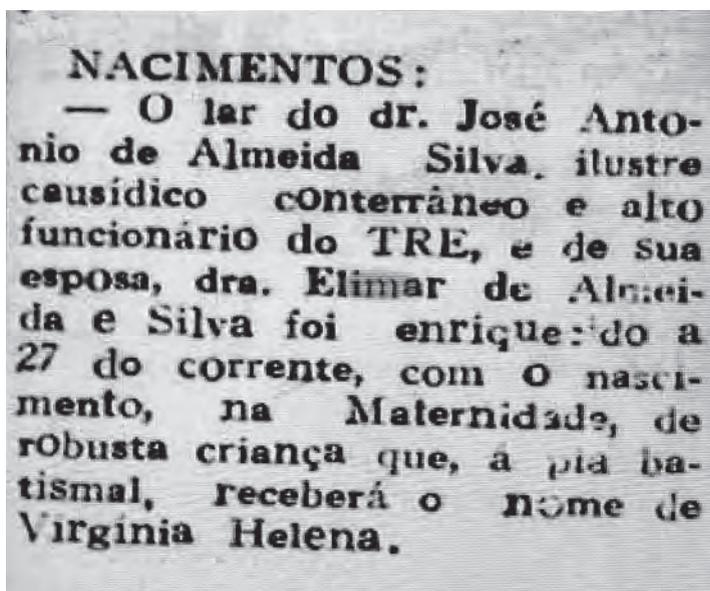
Os Drs. José Antonio Almeida e Silva e Elimar Figueiredo e Silva integram a turma de bachareis que concluíram o curso no ano passado.



Formatura. Jornal *Pacotilha-O Globo*, 13.03.1954.
Ao lado, a foto original da formanda (acervo da ex-PGJ)



Diploma de Bacharel em Direito, 30.03.1954



Nascimento da filha Virgínia. Jornal Pacotilha-O Globo, 01.07.1955

INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A minha escolha pela carreira do Ministério Público foi também acidental. Tanto eu quanto meu marido queríamos aprovação em concursos para a magistratura e o Ministério Público a fim de obter títulos, pois o nosso objetivo era ingressar na universidade como professores. O nosso ideal de vida era advogar e ensinar. Mas tanto ele como eu enfrentamos situações de singularidade.

Outros classificados no concurso para a magistratura, depois dele, foram nomeados. Então, ele impetrou mandado de segurança. Disse: “—*Não! Vamos reconhecer o direito que eu tenho. Não é possível, né?*”. E foi imediatamente nomeado para a comarca que, à época, era considerada a pior do Maranhão, Imperatriz, que estava no “Índex” – ninguém queria ir para lá. Ir para Imperatriz era um degrado. Então ele achou que tinha sido reptado: pensavam que ele não teria coragem de assumir porque, no ano anterior, o prefeito e o delegado haviam trocado tiros, um duelo verdadeiro mesmo, e morreram diante da casa do juiz. Então, ele resolveu ir, achando que estavam testando a sua coragem. E foi um excelente Juiz.

No meu caso, eu passei em primeiro lugar no concurso para o Ministério Público, mas outras pessoas foram nomeadas. Eu impetrei mandado de segurança também e fui nomeada para Chapadinha, em 1955.

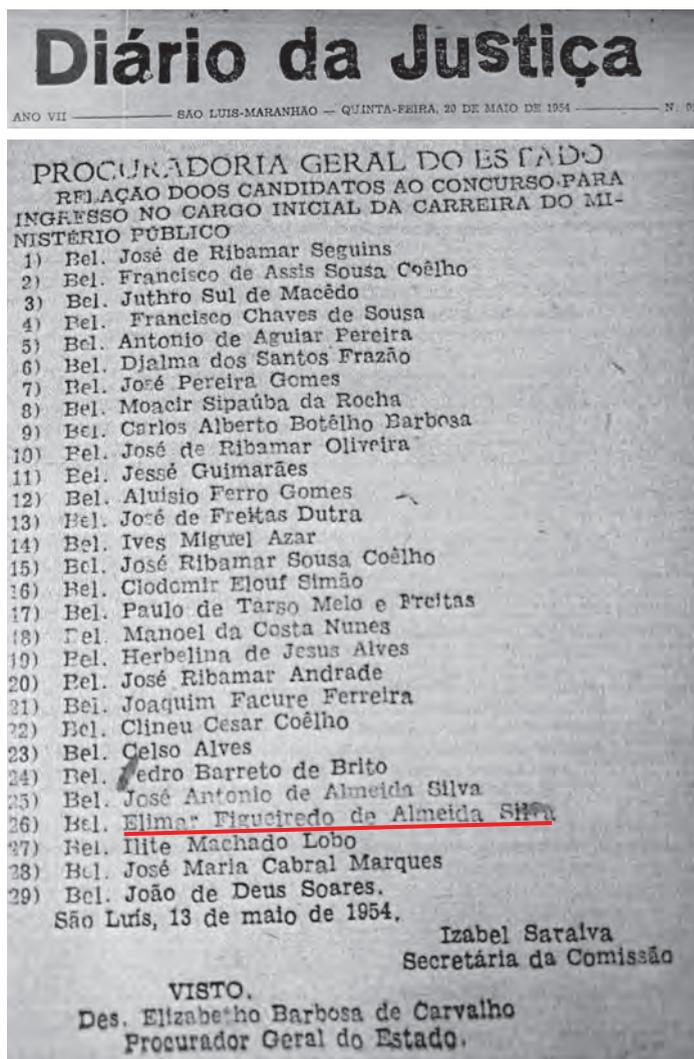
O provimento dos cargos era feito através de concurso de provas e títulos, mas a nomeação era feita pelo governador do Estado. O Ministério Público não tinha nenhuma autonomia funcional.

Fazendo uma busca nos arcanos da minha memória, que lá se vão já tantos anos, eu penso que o Procurador-Geral do Estado [*chefe da Instituição*] quando entrei no Ministério Público era, se não me falha a memória, o Dr. Jessé Guimarães,⁴ que era advogado e não pertencia à carreira do Ministério Público. Matos Carvalho⁵ era o

⁴ Jessé Guimarães exerceu o cargo entre 1955 e 1956.

⁵ José de Matos Carvalho exerceu o cargo de 1957 a 1961. Seu antecessor foi José Eugênio de Barros, de 1951 a 1956.

Governador do Estado à época. Não havia a Procuradoria Geral de Justiça naquela época, e sim a Procuradoria Geral do Estado, que abrangia as funções de chefia do Ministério Público e de defesa do Estado (Poder Executivo). A criação da Procuradoria Geral de Justiça ocorreria em 1967.



Candidatos ao concurso público de 1954 para ingresso na carreira do Ministério Público Estadual, entre os quais Elimar Figueiredo de Almeida Silva

ATUAÇÃO COMO PROMOTORA PÚBLICA

Comarcas e Dificuldades da Época

Eu fui titular nas comarcas de Chapadinha, Imperatriz, Grajaú e Bacabal, nessa ordem.

Nas comarcas do interior, havia muita dificuldade, falta de estradas, falta de tudo. Quando eu fui para Imperatriz com meu marido (mais tarde, eu seria Promotora de lá, ele já Juiz de outra comarca), não tinha médico, não tinha nada, faltavam todos os recursos indispensáveis a uma vida digna. Havia socorro farmacêutico, mas não havia médico. E havia escola, mas não havia grandes professores na época.

Depois, quando assumi a Promotoria de Imperatriz, já existia a Belém-Brasília. Então era já outra a situação e eu, como não fui com a família, tinha que me hospedar em algum lugar, e me hospedei no convento das irmãs, as religiosas que eram nossas amigas. Muitas vezes foram me procurar lá, para falar com a “freira-promotora”. Isso era uma coisa muito interessante [riso].

Independência Funcional e Desafios da Época

Havia uma particularidade importante: o Ministério Público, como não tinha independência funcional, ficava nas comarcas ao nuto do administrador... do governador... Se contrariava interesses, o promotor era removido; se servia bem àqueles interesses, aos chefes políticos da época – que isso, infelizmente, contaminava o Ministério Público de então –, era promovido, era considerado.

Eu pautei a minha vida toda, apesar de não existir ainda previsão legal, por manter a minha independência funcional. Eu nunca me curvei aos guantes dos poderosos, nunca admiti que interferissem em meu trabalho. Para citar um exemplo, eu fui para Grajaú, assumi a comarca e me veio às mãos um inquérito para oferecer a denúncia – aliás, a denúncia já fora oferecida pelo meu antecessor. Eu li os autos do inquérito e resolvi aditar a denúncia, considerando que havia dois implicados – e grandes implicados – no inquérito, que tinham passado despercebidos. O juiz recebeu o aditamento. Uma semana depois, eu fui removida. Eram dois coronéis [risos].

Os desafios para os membros do Ministério Público que atuavam nas comarcas do interior eram esses: a falta de segurança, a falta de condições materiais de trabalho, a baixa remuneração... Nós ganhávamos muito pouco e havia a dependência de receber essa remuneração do coletor estadual: nós tínhamos que esperar a arrecadação no Município; se o coletor achasse que dava para nos pagar, pagava. Essa era a nossa paisagem naquela época. Então, isso parece uma coisa tão remota, que é até inimaginável, mas era o nosso cotidiano.

Quando comecei na carreira do Ministério Público, o promotor era um ilustre desconhecido. Se procurava agir com independência, que sempre foi a minha concepção de atuação do Ministério Público, ele, às vezes, era relegado, não era promovido, não era lembrado para exercer qualquer atividade. Agora, eu não posso de maneira nenhuma pensar que isso me prejudicou, porque, apesar de me manter sempre independente, nunca frequentar os gabinetes palacianos para pedir uma promoção ou uma remoção, eu sempre fui promovida por merecimento. Às vezes, eu dizia que era promovida por exclusão, porque, talvez, o governador não encontrasse outra pessoa e me promovesse, mas, de fato, todas as vezes, eu fui promovida por merecimento, até para o cargo de Procuradora de Justiça. Talvez, também – eu gostaria de enfatizar isso –, porque eu atuava muito na área de educação e tinha uma presença muito forte nas comarcas onde residia. Isto era reconhecido pela sociedade. Eu não me limitava absolutamente a ter uma função decorativa, absolutamente. Tinha que atuar, dividir com os comarcanos, com os meus alunos, o meu conhecimento e a minha forma de atuação.

Particularidades da Atuação. Promoção

Meu maior desafio foi em Grajaú. Como não convinha ao poder político da época, ao poder executivo da época, um promotor independente na Comarca, eu fui removida de lá.

Em função dessas remoções, eu fiquei à disposição da Secretaria de Educação e tinha que ensinar em todos os colégios da comarca. Assim, meu marido era Juiz em Balsas e, como eu não podia ser Pro-

motora onde ele era Juiz (só havia um juizado naquela comarca), eu ensinava nos colégios pela manhã, à tarde e à noite. O Promotor único era Dr. Paulo Fonseca, mas, assim, eu trabalhava muito mais do que ele, garanto [risos]. Acabei tendo muito pouco tempo para meus filhos, desde essa época. Mas eu acho que procurei dar em qualidade o tempo que eu não pude dar em quantidade.

Eu nunca trabalhei em júri. Mas fui praticamente criada dentro do tribunal, pois meu pai era escrivão do crime. Quando eu saía da escola, ele ia me buscar, me levava para lá e eu assistia a muitas audiências, conhecia os juízes. Criança ainda, eu ficava lá, vendo como é que se processavam as coisas. Mais tarde, eu fui escrevente juramentada nesse cartório. Então, eu já tinha uma certa familiaridade com o modo de agir do promotor, dos juízes, sempre sabendo que o promotor não julga, quem julga é o juiz, mas que ele tem de provocar para que a jurisdição se faça. Quando eu fui para Chapadinha, muito interessante foi que me levaram uns processos e o escrivão chegou com os despachos prontos para eu assinar. Eu disse: “— Não, o senhor deixe aí, porque eu vou ler primeiro os processos”. Aí o meu hospedeiro disse para o escrivão: “— Rapaz, ela é filha de escrivão, tu não vais ensinar nada para ela [risos]. Ela sabe como despachar um processo”. Isso me ajudou muito, realmente. Eu não entrei no Ministério Público em jejum, sem saber o que era uma denúncia, o que era um libelo acusatório, sem saber onde que se faziam as alegações finais; eu já conhecia o andamento de um processo.

Uma particularidade interessante é que eu não fui titular na Comarca da Capital. À época, a lei permitia que os titulares da 3ª entrância pudessem ascender ao cargo de Procurador de Justiça. Então, na lista tríplice, que o Conselho Superior elaborou para o cargo de Procurador de Justiça, os três candidatos eram de 3ª entrância: Dr. Amandino Nunes, Dr. Clodomir Simão e eu, que, por sinal, nem estava em São Luís. Eu estava representando o Ministério Público em um Congresso no Amazonas, mas o meu nome foi votado. E o Governador do Estado, Pedro Neiva de Santana, me escolheu e eu ascendi ao cargo de Procurador de Justiça, substituindo uma que eu considero das maiores juristas do Ministério Público, Dra. Aurora

Correia Lima Félix. Ela chegou a Procuradora de Justiça e quando se aposentou, abrindo a vaga, concorreram os três que eu já falei e eu fui nomeada.



Chapadinha, meados do século XX - Rua Humberto de Campos
(IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XV, 1959)



Imperatriz, meados do século XX - Prefeitura Municipal
(IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XV, 1959)



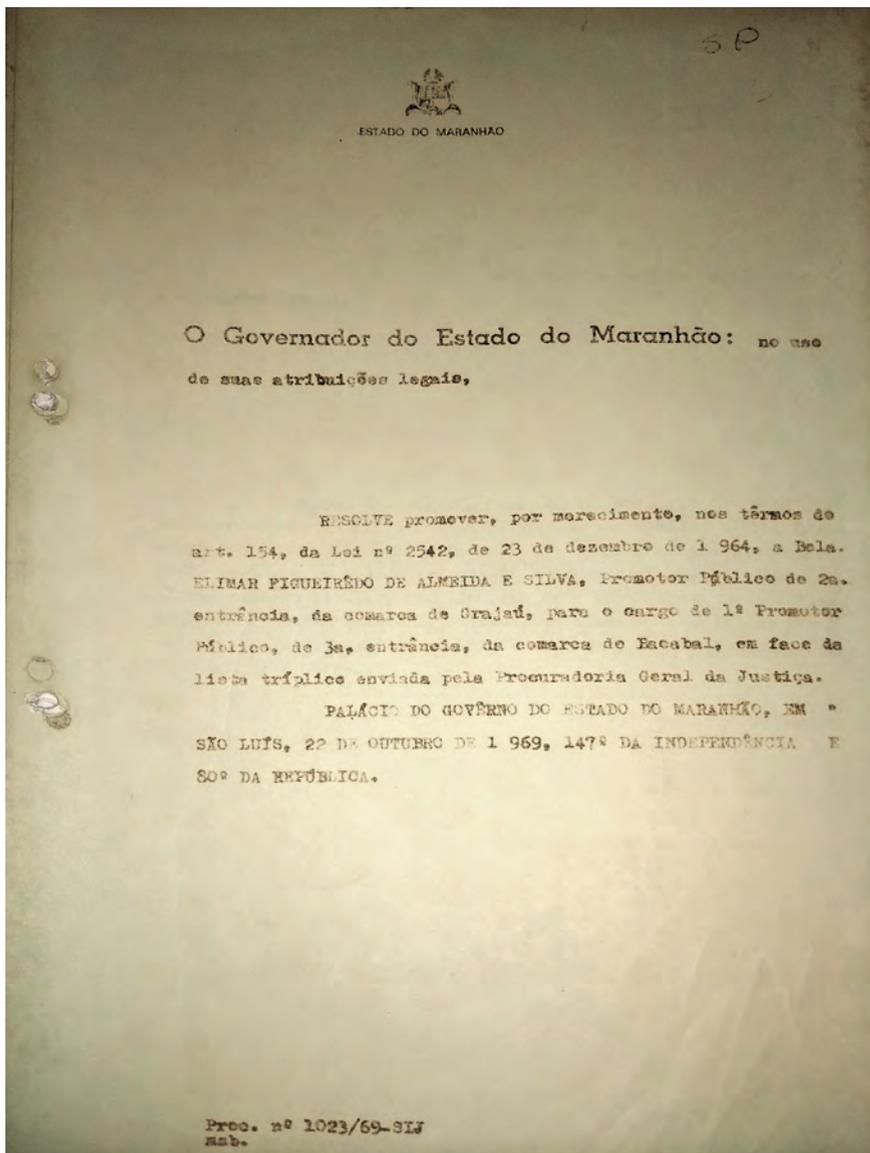
Grajaú, meados do século XX - Catedral de Nosso Senhor do Bonfim
(IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XV, 1959)



Balsas, meados do século XX - Igreja matriz de Santo Antônio
(IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XV, 1959)



Bacabal, meados do século XX - Av. Barão do Rio Branco,
vendo-se a Prefeitura Municipal em destaque
(IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XV, 1959)



Promoção para a Comarca de Bacabal (Ato)



ESTADO DO MARANHÃO

O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE promover, por merecimento, nos termos do art. 56, da Lei nº 3354, de 25 de maio de 1973, a **BELLA FIQUEIREDO DE ALMEIDA E SILVA**, 1ª Promotor de Justiça 3ª entrância, da comarca de Bacabal, para o cargo de 2ª Procurador de Justiça, com lotação na Procuradoria Geral da Justiça, vago com a aposentadoria da **Bela. AURORA CORREIA LIMA FELIX**, de acôrdo com a lista triplíce enviada pela mesma Procuradoria.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 26 DE NOVENO DE 1973, 151ª DA INDEPENDÊNCIA E 84ª DA REPÚBLICA.

[Handwritten signature]

Proc. nº 1877/73-56.

EAC/.

202-062-030

Promoção para o cargo de Procurador de Justiça (Ato)



ESTADO DO MARANHÃO

São Luís, 27 de novembro de 1973.

OFÍCIO Nº 479
DO Secretário do Interior e Justiça
AO Procurador Geral da Justiça

PORTARIA

Protocolo n.º 746

Em 27/11/73

O Porteiro

Senhor Procurador,

Para os devidos fins, estou encaminhando a V. Exa. o decreto de promoção, por merecimento, nos termos do art. 56, da Lei nº 3354, de 25 de maio de 1973, a Bela ELLIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA E SILVA, 1ª Promotor de Justiça de 3ª entrância, da comarca de Bacabal, para o cargo de 2ª Procurador de Justiça, com lotação na Procuradoria Geral da Justiça, vago com a aposentadoria da Bela. AURORA CORREIA LIMA FELIX, de acordo com a lista tríplice enviada pela mesma Procuradoria.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

Alfredo Salim Duailibe
(Alfredo Salim Duailibe)

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

=====
Ao Exmo. Sr.

Dr. Orlando da Silveira Leite
MD. Procurador Geral da Justiça

L O C A L

DCB./

Promoção para o cargo de Procurador de Justiça (comunicado)



A antecessora de Dra. Elimar como Procuradora de Justiça,
Dra. Aurora Correia Lima Félix (foto da juventude)

ATUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL

Eu sempre fui apaixonada pela causa da educação e procurei trabalhar como professora. Fui professora em Balsas, fui professora aqui em São Luís, ensinei na escola normal, professora de português, de história...

E, tanto que, chamada a dirigir o Departamento de Educação do Estado, passei doze anos afastada do Ministério Público, servindo à causa da educação. Eu dirigi, durante dois ou três anos, o Departamento de Educação do Estado, fui Secretária de Educação algumas vezes e, em vista disso, recebi a minha primeira condecoração – a Marinha do Brasil me deu uma medalha de prata de “Amiga da Marinha”, porque eu tinha feito um trabalho com colégios, levando os estudantes a falar sobre a importância da Marinha. Eles ficaram muito tocados com isso e me deram essa condecoração em 1972.

Algo que me marcou bastante como cidadã enquanto eu estava ainda no interior do Estado foi a inauguração de Brasília. Eu estava em Balsas na época, à disposição da Secretaria de Educação e ensinava em todos os colégios. Então, eu resolvi fazer um ato cívico, uma dramatização sobre o que significava a construção de Brasília, a inauguração da nova capital. Chamei os meus alunos, alguns professores e fizemos uma comemoração desde o Brasil Colônia, com a primeira capital. Eu achava que Brasília ia mudar o destino do país, como de fato mudou. As instituições são permanentes e têm extraordinário valor, os homens é que se esquecem de valorizá-las. Por isso que, às vezes, a gente fala “— Ah, o poder judiciário está assim...”. Não, o poder – judiciário, executivo... – todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. É isso que diz nossa Constituição. Na hora em que os homens públicos do país aprenderem, decorarem isto, trouxerem-no como lema, impresso a ferro e fogo em suas consciências, a sociedade mudará, e o Brasil vai ser um país muito melhor.



Diploma e medalha de Amigo da Marinha, 13.12.1966



GREVE DE 1984

A paralisação dos membros do Ministério Público em 1984 – Ah! Isto foi uma greve santa! Pode escrever isso aí, porque é muito importante, nós temos testemunhas, vários de nós que participaram dessa greve estão ainda aí para falar a respeito. A Lei Complementar 40, lei federal, prescrevia um prazo para que os Estados adaptassem as suas leis à organicidade do Ministério Público, e o Governo do Maranhão não cumpriu o prazo. A lei era de 1980. E nós lutávamos contra isso, brigávamos, todo dia se reclamava, era artigo no jornal, era entrevista e, então, nós resolvemos paralisar. A associação⁶ entrou no episódio, todos os Promotores de 4ª Entrância e alguns procuradores – eu, inclusive – nos reunimos numa salinha lá naquela rua que fica atrás do Tribunal de Justiça, uma salinha das Promotorias de 4ª Entrância.⁷ Combinamos que o Ministério Público não paralisaria a sua atuação em habeas corpus e *[habilitações de]* casamentos. Já pensou o casamento marcado e o promotor não dar o parecer?! [risos]. Então nós resolvemos fazer isso. No mais, nós paralisamos.

A reação do Governo foi terrível, pois não admitia que os membros do Ministério Público se insurgissem contra o Estado. O Procurador-Geral do Estado me encontrou na escadaria do Tribunal:

“— *Doutora, a senhora sabe que isso é caso para prisão?*

— *Pois mande prender! Mande prender, não tem problema nenhum...*”.

O Procurador-Geral de Justiça era José Brito de Souza, advogado estranho à carreira, que não teve condições de reprimir a greve. E o Governador era Dr. Luiz Rocha, que tinha sido meu aluno em Balsas. Ele mandou o Procurador-Geral reprimir com força mesmo. Se necessário, com prisões e tudo. E ele perguntou:

“— *Governador, mando prender a Dra. Elimar?!*”

— *Mande prender!*”

— *Pois, então, está aqui o cargo*” – ele pediu demissão do cargo.

⁶ Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão-AMPEM, criada em 1971.

⁷ Rua de Nazaré. Sede das Promotorias da Capital nos anos 1980 (até 1988).

Aí, a greve continuou e o Governador viu que não tinha condições e chamou Dr. Américo de Souza para dirigir a Procuradoria Geral de Justiça. Político hábil e inteligente, ele fez o Governador compreender que não era com esse ato de força que ele ia conseguir modificar a atuação do Ministério Público. E o Dr. Américo de Souza nos idos de não sei quanto tinha sido Promotor Público. Ele foi com a condição de elaborar o Projeto de Lei Orgânica a partir das propostas feitas pelos membros do Ministério Público. Aí nós tivemos uma Lei Delegada, foi promulgada essa lei e ela vigeu até a nova Lei Orgânica do Ministério Público, de 1991, que foi elaborada já na nossa gestão. Mas esse ato ocorreu e essa greve foi memorável. Então, a sociedade ficou a nosso favor... a nosso favor. Os juízes ficaram a nosso favor e teve uma repercussão nacional, inclusive. Não durou muito tempo [*a greve*], mas foi boa enquanto durou. As reivindicações foram atendidas, não integralmente, mas essas foram conquistas que nós fomos efetuando ao longo do tempo.

Eu sempre acho que vale a pena ser Ministério Público, em qualquer circunstância.



Casa onde funcionaram as Promotorias de Justiça da Capital nos anos 1980, Rua de Nazaré. Foto de Merval de Jesus Gonçalves Filho (2004)



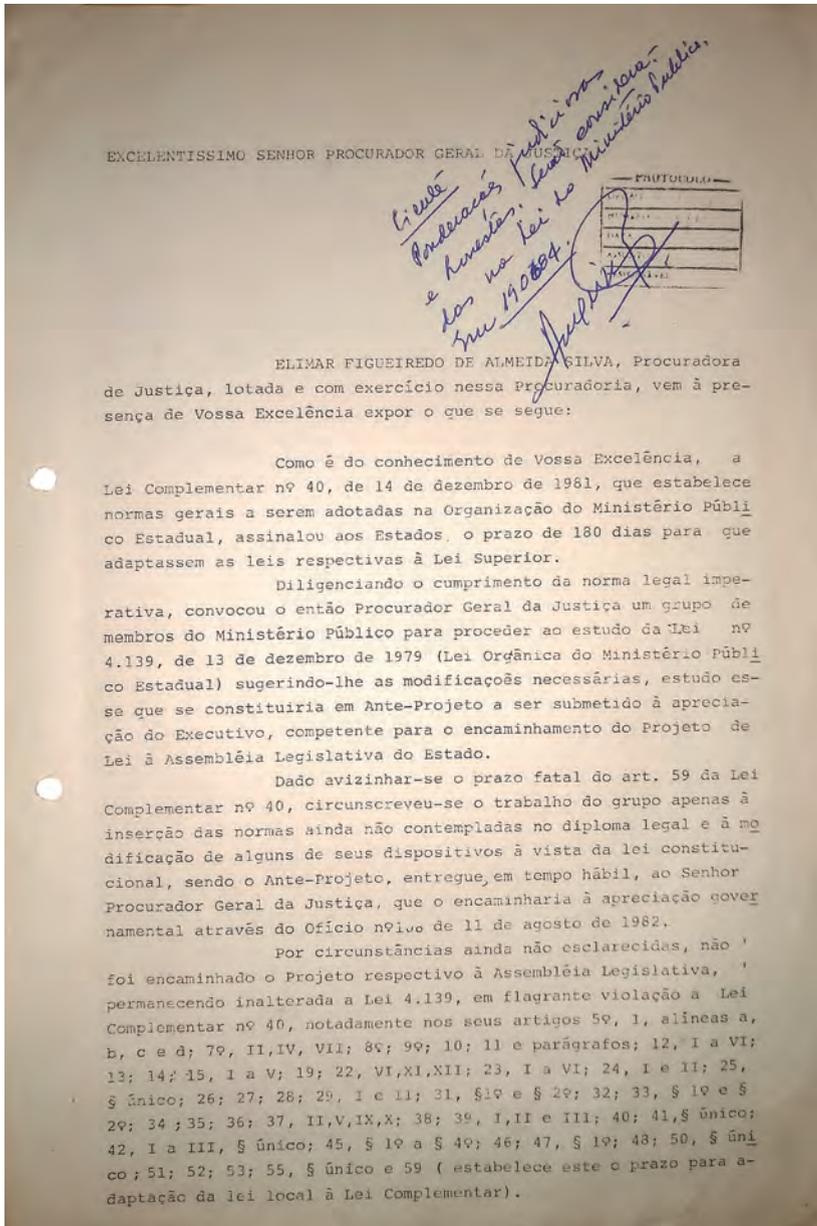
Diretoria da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) no biênio 1984-1985. Ao centro, os procuradores Elimar Figueiredo e Raimundo Marques (AMPEM: 35 anos fazendo história. São Luís: AMPEM, 2006. p.103)



Governador Luiz Rocha (1983-1986)



Procurador-Geral José Brito de Souza



Dra. Elimar requer envio do anteprojeto da Lei Orgânica do MPMA em 1983 (fl 1).

O apoio, do novo PGJ, veio só após um ano
(lançado em nota no frontispício do expediente)

fl. 02

Tal situação vem de ser ressaltada, por sinal, no Seminário do Plano de Metas do Governo Luiz Rocha, figurando em primeiro lugar nas recomendações do Grupo de Trabalho à Coordenação do referido Plano.

A continuidade desse insólito procedimento - desatendimento à letra de dispositivo constitucional por parte do Estado - gera um desconforto e insegurança em quantos integram o Ministério Público, que se via na iminência de ter de recorrer à via judicial, no exercício da própria função institucional, para que fosse declarada a inconstitucionalidade dos dispositivos do diploma local em desacordo à Lei Complementar nº 40.

A par disso, ressen-te-se o órgão de toda sorte de influências nocivas ao bom desempenho de suas funções. Sem falar em que muitos de seus melhores membros são chamados a exercer outras funções públicas, aos que permanecem não lhes está sendo oferecido o estímulo correspondente à missão que exercem, seja através da promoção de cursos de atualização ou assemelhados, seja através de ambiente de trabalho adequado ao exercício de suas atribuições.

Em boa hora, no Seminário promovido para o novo Governo, essas questões foram agitadas, embora, há longos anos, venha sendo a tônica dos pronunciamentos que fazemos a todos os novos titulares da Procuradoria Geral da Justiça.

Na 1ª instância, observa-se, constritivamente, o reduzido número de recursos, notadamente na esfera criminal; da inércia do órgão ministerial no juízo de origem, resulta (quantas vezes!) a concessão de habeas corpus, segundo depoimento respaldado em casos concretos, de Procurador que atua junto à Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça, que se vê constrangido a admitir a ineficiência da própria instituição, cujo órgão correccional nenhuma providência tem tomado no sentido de debelar essa situação.

Anima-nos, Senhor Procurador Geral, ao fazer a presente exposição, principalmente o fato de ser Vossa Excelência um cultor do Direito, homem afeito ao processo, a defender o interesse de seus constituintes. Tome o Ministério Público como seu constituinte, nesta hora em que se inicia um novo programa de Governo, de quem a sociedade, como um todo, espera as melhores realizações.

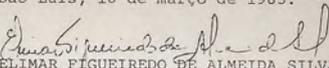
No recente Congresso Extraordinário do Ministério Público, debateu a classe, com seriedade e objetividade, sua atual situação diante da Lei Complementar nº 40. Aludiu-se a indispensabilidade de reunir-se o Colégio de Procuradores e a inadiável necessidade da composição do Conselho Superior, já previsto em diplomas locais anteriores, mas que nunca se concretizou. As propo

Dra. Elimar requer envio do anteprojeto da Lei Orgânica do MPMA em 1983 (fl 2).

sições oferecidas serão encaminhadas a Vossa Excelência, como con
tribuição da classe ao seu Programa de Trabalho.

Tal nos leva a requerer a Vossa Excelência, nesta oportunidade, que encaminhe à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o ante Projeto da Lei Orgânica do Minis
tério Público considerando já essas proposições, solicitando ao Senhor Governador que, após o estudo do que nele se contém, encaminhe o Projeto respectivo à Assembléia Legislativa, recomendando sua apreciação em regime de urgência, a fim de resgatar o próprio Estado do descumprimento da Lei Complementar nº 40 de 14 de dezembro de 1981.

São Luís, 18 de março de 1983.


ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
PROCURADORA DE JUSTIÇA

Dra. Elimar requer envio do anteprojeto da Lei Orgânica do MPMA em 1983 (fl 3).

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

PARALISAÇÃO

"A batalha é tenebrosa, / Nós sabemos que o é... / Mas, em nós, palpita a fé / E uma esperança preciosa!"

Eu quero
votar pra
X 1.º presidente

veja
veja

JORNAL DO BRASIL
298 65 113
CONGRESSO REFEITA DIRETAS

A 25 de abril de 1984, era derrotada no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional, apresentada por iniciativa do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), pela restauração da eleição direta pra Presidente da República, a despeito de uma das maiores campanhas políticas de expressão popular já realizadas no Brasil, denominada Diretas Já, que se estendera por mais de um ano, desde março de 1983. O clima era de desalento, de norte a sul do País.

Mas isso não impediu que, um mês depois (27 de maio), Promotores e Procuradores de Justiça do Maranhão deflagrassem greve de grande repercussão, encampada, em assembleia geral, pela Associação do Ministério Público do Estado (AMPEM), então presidida pelo procurador de justiça Raimundo Ferreira Marques, que, surpreendentemente, também era o Corregedor-Geral do MP Estadual e havia sido secretário de segurança do Maranhão.

Carro-chefe das reivindicações: a edição da lei orgânica da Instituição.

O IMPARCIAL
PROMOTORES EM GREVE

Jornal O Imparcial, 29.05.1984 (capa)

O IMPARCIAL
Promotores em greve.
Justiça pára

Jornal O Imparcial, 29.05.1984 (p. 3)

PROMOTORES VÃO DENTINAR COM A GREVE GERAL.

Jornal O Imparcial, 30.05.1984 (capa)

Mesa do Congresso Estadual do MPMA. São Luís, 1984. Os três membros à direita são os procuradores Nea Bello de Sá, Raimundo Marques e João Leitão

**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

Memorbilia
MP 2019
MOSTRA DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA

Painel 4 da exposição 35 Anos da Greve do MPMA
pela Edição da sua Lei Orgânica (Memorbilia MP 2019)



35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

RESULTADOS

"Por isso, a sua missão / É, sobretudo, importante: / Pegar e levar avante / Esta lei que é redenção...!"



Os procuradores de justiça João Leitão, Assessor-Chefe da PGJ, e Raimundo Marques, Corregedor-Geral do MPMA, sob ameaça de punição pelo Governo do Estado e considerando a incompatibilidade dos cargos que exerciam com a condição de grevistas, pedem exoneração, assim como outros mem-

bro que exerciam cargos em comissão na Administração Superior, sendo afinal secundados pelo próprio Procurador-Geral de Justiça, advogado José Brito de Souza, haja vista a imposição do Governador para que se punissem os grevistas.

Nomeado o advogado João Américo de Souza para a chefia do MPMA (30.05), firmou-se o compromisso de providenciar a edição da nova lei orgânica e foi encerrada a paralisação (01.06).

Desde então o Ministério Público nunca mais foi o mesmo.

No dia 2 de julho, o Governador promulgou a Lei Delegada nº 156, que, entre outras determinações, criou o Colégio de Procuradores de Justiça, órgão máximo do MPMA, mantendo o seu Conselho Superior. O Poder Executivo havia cedido às "justas reivindicações dos membros da Instituição".



Jornal O Imparcial, 02.06.1984 (capa)



Jornal O Imparcial, 02.06.1984 (p. 3)

** Frase do promotor-delegado de Almeida Silva em depoimento escrito ao Projeto Memória do MP/EMA, 2003.
 ** Frase do procurador-geral de justiça Américo de Souza no texto de apresentação de uma lei de edição da referida lei que a PGJ mandou fazer ainda em 1984.



Painel 5 da exposição 35 Anos da Greve do MPMA pela Edição da sua Lei Orgânica (Memorabilia MP 2019)

Promotores e procuradores da Justiça encerram greve

Os promotores e procuradores de Justiça do Maranhão anunciaram, ontem, a volta ao trabalho depois de uma semana de paralisação em todo o Estado. A medida foi anunciada simultaneamente com a decisão do governador Luiz Rocha em receber a diretoria da Associação dos membros do Ministério Público em audiência.

O novo procurador Geral da Justiça, Américo de Souza, que tomou posse na quinta-feira, garantiu que não haverá medidas punitivas para os promotores e procuradores que participaram do movimento.

O fim da paralisação foi comunicado ao procurador Américo de Souza ao meio dia pelo presidente da Associação da classe, Raimundo Ferreira Marques. (Página 3)



Marques (c), anuncia fim de greve a Américo de Souza

Dra. Elimar, Dr. Américo de Souza e Dr. Raimundo Marques
(jornal *O Imparcial*, 02-06-1984). Fim da greve



Em fotos atuais, o ambiente da Greve de 1984: Centro Caixeiral (1); vistas da Praça Benedito Leite (2 e 3) por ângulos a partir das proximidades do Centro Caixeiral; e Palácio do Comércio, na extremidade frontal. Fotos de Merval de Jesus Gonçalves Filho (2019)

NA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 1984, por um curto lapso de tempo, eu fui Corregedora-Geral.

O doutor Raimundo Marques, meu antecessor na Corregedoria, foi um brilhante Corregedor. Todos os meus antecessores trabalharam pelo bem do Ministério Público.

Fui Corregedora depois da greve, eleita, em lista tríplice, com colegas que eram muito preparados, Dr. Joaquim Emílio de Melo e Silva e Dr. José Pereira Gomes. Depois que o Dr. Américo de Souza assumiu, ele fez a eleição para Corregedor. O Colégio de Procuradores elaborou a lista tríplice e três concorreram: Dr. Joaquim Emílio, Dr. José Gomes, que, inclusive, já tinha sido Corregedor, e eu. O Colégio de Procuradores deu a maior votação para mim, e o Procurador-Geral, Dr. Américo de Souza, estranho à carreira, mas que tinha sido, muito tempo antes, Promotor Público, escolheu meu nome para exercer o cargo.⁸ Mas acho que valeu a pena, apesar do pouco tempo.

A Procuradoria Geral de Justiça ficava na Rua do Egito, bem em frente ao prédio da Assembleia Legislativa, e a Corregedoria funcionava lá também, em uma salinha, espaço exíguo, mas era um prédio nosso, nós o ocupávamos, pois é preciso que se lembre também, na história do Ministério Público, que a Procuradoria Geral de Justiça, primeiramente Procuradoria Geral do Estado, funcionava em dependências do Tribunal de Justiça e não era raro os magistrados, desembargadores, considerarem o Ministério Público como órgão subalterno. Basta dizer que no regimento interno do Tribunal de Jus-

⁸ A Lei Orgânica do MPMA de 1984 estabeleceu que o Corregedor-Geral seria designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com mandato de dois anos e sem direito a recondução, dentre a lista tríplice apresentada pelo Colégio de Procuradores, considerando-se seus suplentes, na ordem de votação, os membros remanescentes da lista. Doutora Elimar foi a primeira Corregedora-Geral escolhida sob esse regime.

A Corregedoria Geral era “o órgão encarregado de inspecionar e regular as atividades dos membros da Instituição, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, as determinadas pelo Procurador-Geral e as definidas em regulamento próprio”, podendo o Corregedor-Geral, entretanto, ser dispensado da função apenas por desmerecer a confiança do Procurador-Geral, caso em que o Colégio de Procuradores deveria formar nova lista para a escolha do sucessor.

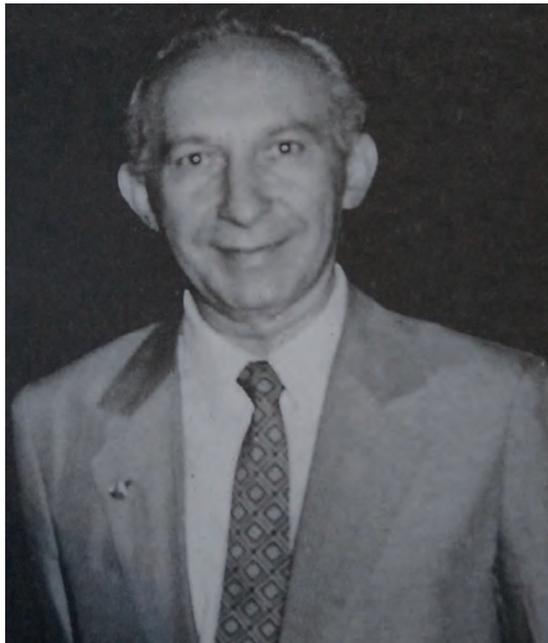
tiça dessa época figurava o Ministério Público abaixo do capítulo dos serventuários da Justiça.

Corregedora, eu senti que havia necessidade de desmistificar aquela conotação de que a Corregedoria era um órgão punitivo. A Corregedoria tinha que ser um órgão também de agregação do Ministério Público. E eu abri as portas do meu gabinete para os promotores de justiça. O maior desafio que enfrentei nesse cargo foi o de trazer o promotor de justiça para dentro do gabinete do Corregedor Geral, fazer com que o promotor de justiça se sentisse valorizado pelos órgãos da Administração Superior. Esse desafio eu encarei com seriedade e tive a melhor receptividade.

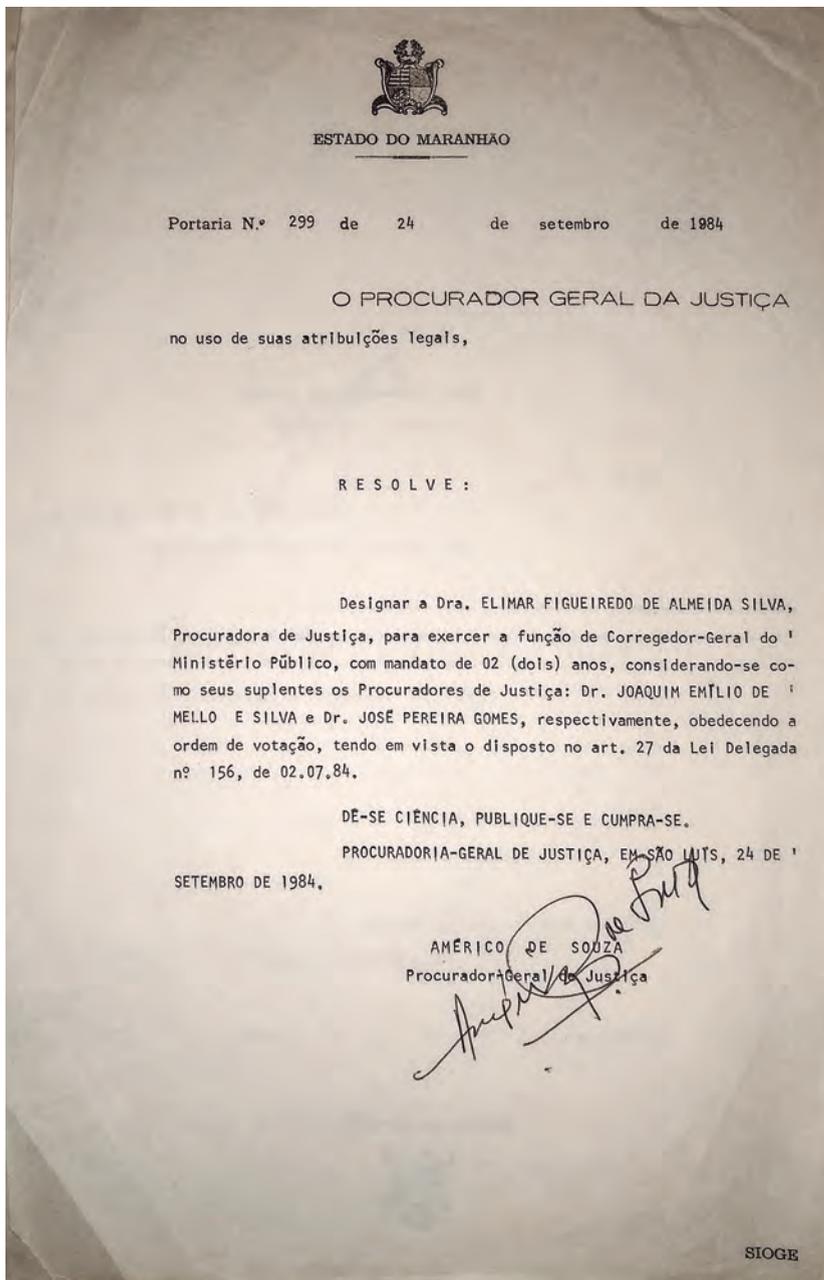
Eu considero também dessa época, embora tenha sido curta, que uma das lembranças mais prazerosas foi eu ter sugerido ao Colégio de Procuradores o nome do promotor público Celso Magalhães para ser o patrono do Ministério Público do Maranhão. Mandamos até cunhar uma medalha. Celso Magalhães foi o Promotor que teve a coragem – para outros, seria audácia –, o desassombro de denunciar a Baronesa de Grajaú pela morte do filho de uma escrava, e esse ato o consagraria pela vida afora. O Barão de Grajaú era vice-presidente da Província – não se chamava Estado do Maranhão, era Província do Maranhão – e, com a morte do presidente da Província, ele ascendeu à Presidência, tendo sido o primeiro ato dele, como presidente, demitir Celso Magalhães. Hoje, ninguém se lembra do nome do Barão de Grajaú, mas o de Celso Magalhães marcou a história do Ministério Público brasileiro.



Procuradoria Geral de Justiça, Rua do Egito (1979-1994).
Foto de Merval de Jesus Gonçalves Filho (2004)



Procurador-Geral João Américo de Souza



Nomeação de Dra. Elimar para o cargo de Corregedor-Geral



Foto de Dra. Elimar na Galeria dos ex-Presidentes da AMPEM, também utilizada na Galeria dos Corregedores-Gerais do MPMA, exibida na obra *Marcos Legais*, v. 1 da série “Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história” (São Luís: PGJMA, 2003. p. 631)



Medalha do Mérito do Ministério Público, instituída pela Portaria nº 426-PGJMA, de 14.12.1984

LEMBRANÇAS DO REGIME DE EXCEÇÃO

Do meu conhecimento, aqui no Maranhão, não houve casos de cassação de promotores públicos naquela época. A repressão não se fez sentir tão violentamente entre nós. Talvez, porque aqui, São Luís, por exemplo, seja um lugar pequeno, onde todo mundo se conhecia, não havia essa coisa de falar que alguém tinha sido levado para o 24º BC⁹ para ser torturado. Eu tive notícia até de que um dos nossos poetas maiores, um grande sociólogo, Bandeira Tribuzi, foi preso pelo regime militar, foi levado para o quartel, mas eu tive notícia de que os oficiais ficavam à porta de sua cela, fazendo perguntas para ele e ouvindo suas explicações. Então, eu acho que isso foi ímpar no país, talvez tenha havido em outros lugares, mas não posso dizer que nós testemunhamos uma repressão violenta. Maria Aragão foi muito respeitada, ela foi presa, mas ela não foi torturada. Porque havia a mística do comunismo, né?! Então, a repressão era ao comunismo.

Aconteceu, nessa época, um episódio comigo, que não tem nada a ver com o Ministério Público, mas eu vou contar. Eu presidia, como membro do Conselho Nacional de Educação, a Comissão Estadual de Bolsas de Estudo, e nós descobrimos que determinado estabelecimento de ensino recebia as bolsas mas cobrava do aluno. Então, o aluno não era beneficiado com o programa. Nós denunciemos o diretor. Nessa época, as Forças Armadas se metiam em tudo, é como se eles tivessem, assim, obrigação de gerir, judicar e saber das coisas. Então, mandaram me chamar no quartel por causa desse episódio, e fui. Quando eu cheguei lá, um dos oficiais, que havia me convocado, tinha sido colega meu de turma, o coronel Carlos Alberto Alves. Ele disse:

— *Elimar, você vai dizer, antes de qualquer pergunta que quero lhe fazer: você não está morrendo de medo?*” Respondi: “— *Eu, não! Por que eu estaria com medo?*”

— *Não, porque nós agora...*

— *Não, eu não tenho medo de vocês. Primeiro, porque eu não acredito nesse poder de vocês, eu acredito em poder civil. Se vocês me*

⁹ Quartel do 24º Batalhão de Caçadores, do Exército, em São Luís-MA.

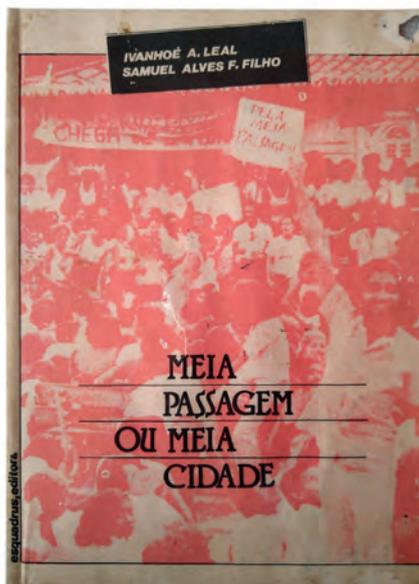
chamaram aqui para qualquer coisa em relação a ... (eles queriam que eu denunciasse, para agirem contra a pessoa) não!... O caso está na Justiça. Quando eu descreditar dos valores da justiça, talvez, um dia, eu possa recorrer a vocês, mas nem penso nisso.”

Mas o que eu achei engraçado foi ele perguntar se eu não estava morrendo de medo [risos],... que era o que eles queriam, na verdade, que a pessoa ficasse amedrontada.

Em 1979, no período da Greve da Meia Passagem em São Luís, eu estava à disposição da Procuradoria Geral de Justiça. Nós nos posicionamos totalmente contra a repressão. Meu marido foi tirar menores da cadeia, pessoalmente. Hoje, um deles, que é juiz, se lembra do episódio. Mas nós sempre combatemos a repressão, sempre. Nunca achamos que vale o poder pelo poder, como não admito também que tenham um projeto de poder pra se perpetuar no poder. Eu não admito. Acho que nós estamos numa democracia e que a alternância é sadia para o processo democrático e para a própria vitalidade da cidadania.



Quartel do 24 BC, São Luís-MA (OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. *São Luís: memória e tempo*. São Luís: Novagraf, 2010. p. 288)



Flagrante da greve estudantil de 1979 estampa a capa de publicação sobre o tema (1982)



Dra. Elimar em foto de 1980 (REIS, José Ribamar Souza dos.
Perfil do Maranhão 79. São Luís: Prelo, 1980. p.101)

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Circunstâncias das Nomeações

A Procuradoria Geral de Justiça funcionava em um prédio da Rua do Egito, em frente à Assembleia Legislativa.¹⁰ O meu antecessor se chamava Pedro Emanuel de Oliveira, era um advogado estranho à classe. Por ocasião da promulgação da Constituição Estadual, em 1989, o governador Cafeteira me convidou para a elevada função de Procurador-Geral de Justiça e fez a comunicação do ato em plena Assembleia Legislativa. O governador Cafeteira disse que estava praticando o primeiro ato de respeito à Constituição Estadual, que estava sendo promulgada, nomeando para chefiar o Ministério Público um integrante da carreira, porque, a partir da Constituição de 1988, o Procurador-Geral de Justiça tinha que ser um integrante da carreira.

Fui Procuradora-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos. Primeiro, eu fui nomeada, não havia mandato ainda, porque ainda não havia a regulamentação das eleições para Procurador-Geral. Eu fui nomeada em outubro de 1989 e, em maio de 1990, eu já convocava as eleições para Procurador-Geral de Justiça. Éramos quatro candidatos: o Dr. Mário Ramos Guimarães, a Dra. Ilzé Vieira Cordeiro, o Dr. Jairo Lins Cordeiro e eu. Eu tive a maioria dos sufrágios e fui nomeada pelo então Governador, João Alberto.

Desafios e Conquistas

Quando iniciamos nossa atividade como Procuradora-Geral de Justiça, procuramos estabelecer como seria o nosso procedimento, porque àquela altura, com absoluta independência funcional, autonomia administrativa, nós não tínhamos que ir ao Governador para que ele nomeasse um procurador ou um promotor; nós tínhamos que prover os cargos do Ministério Público, tínhamos que prover os

¹⁰ Ali permaneceu de 1979 a 1994, quando passou a funcionar em prédio próprio, conseguido junto ao Governo do Estado por Dra. Elimar.

cargos de confiança, tínhamos que promover os concursos, nomear os aprovados, fazer as promoções e tudo... — *Como vamos fazer isto?* – perguntávamo-nos. Nós não podemos baixar decreto... Então, nós instituímos a palavra Ato como definidora da ação administrativa do Ministério Público: Ato número 1, Ato número 2... e, até hoje, isso se sucede. Outras coisas que eu considero muito prazerosas foram a elaboração do anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público, que contou com a participação efetiva de grandes auxiliares do Ministério Público – Dr. Marco Antônio Guerreiro, Dr. José Henrique Moreira e tantos outros –, e criarmos a revista do Ministério Público, denominada *Juris Itinera*, expressão latina que quer dizer “os caminhos do direito”, porque esses caminhos são os que o Ministério Público deve perlongar.

No cargo de Procuradora-Geral de Justiça, foram muitos os desafios, muitos, mas eu considero, assim, de extrema relevância o combate ao crime organizado e, para isso, eu contei com a participação efetiva de promotores aguerridos, promotores que não tinham medo de nada, que sabiam que tinham que exercer a sua função. Então, isso era uma coisa muito significativa. Eu fui chamada até para uma CPI na Câmara dos Deputados, por causa da atuação do Ministério Público, e levei meus assessores e me crivaram de perguntas. E me perguntaram por que nós não prendíamos logo. Aí, eu: “— *Vossas Excelências não de convir, primeiro tem que ser feita a pesquisa para identificar quem é o autor do crime, para só então mandar prendê-los...*”. Os crimes não estão em vitrine, expostos, para saber-se: *ah, aquele fulano ali é o criminoso...* Demanda investigação e nós tivemos uma colaboração efetiva dos serviços de segurança do Estado, notadamente com o secretário de segurança, Dr. Leofredo Ramos, o coronel Guilherme Ventura e o, hoje, desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf.

Chefiar o Ministério Público naquela época que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988, imediatamente à promulgação da Constituição Estadual de 1989, foi um aprendizado. Nós precisávamos, a todo tempo, de estar atualizados, sabendo a quantas andávamos, o que queríamos e o que nós nos propúnhamos a fazer

para alcançar nossos objetivos. Quando nós elaboramos o anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público foi nessa fase de transição, ainda não havia eleição para Procurador-Geral, e foi excelente porque nós tivemos o cuidado de elaborar um anteprojeto de lei exequível, um anteprojeto de lei concentrando-se nas necessidades do Ministério Público e nos anseios da sociedade. Tanto, que a nossa Lei Orgânica do Ministério Público precedeu a de muitos outros estados e serviu de exemplo para vários deles.

O Ministério Público e a Constituição de 1988

Tínhamos que nos preparar para assumir as novas atribuições conferidas pela Constituição Federal de 88. Isso aconteceu não só através das ações individuais, do esforço próprio, como dos cursos. Eu promovi inúmeros seminários, inclusive, quatro fóruns sobre os desafios atuais do Direito, quatro fóruns de justiça social. Acorreram inúmeros juristas de todo o País, eles vinham ministrar palestras, conferências, de graça, não tivemos ônus nenhum com eles, a não ser as passagens e a hospedagem. Nenhum desses luminares do Direito brasileiro pediu qualquer coisa para o Ministério Público. E vieram ministros de Brasília, promotores e procuradores de São Paulo, de Minas, de todos os lugares do Brasil; e nós promovemos aqui um Encontro Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, para o qual vieram todos. Então, tudo isso sedimentou uma consciência, uma formação, um modo de ser do Ministério Público. Não só através dos cursos da Escola Superior do Ministério Público, que também foi criada por mim, como pelos seminários, simpósios, conferências e, também, por oportunizar-se a vários membros do Ministério Público a possibilidade de estudarem fora, fazerem cursos fora do Estado. A primeira reação do Conselho Superior do Ministério Público a essa proposta foi terrível, acharam que não havia necessidade, mas nós fizemos ver que havia necessidade de aprimoramento e que os promotores que fossem fazer curso fora voltariam para cá como agentes multiplicadores, poderiam difundir mais ainda seu conhecimento. E isso tudo foi customizado pelo Ministério Público. Hoje, você vê promotores publicando livros, promotores fazendo conferências,

promotores se notabilizando não só aqui, como fora do Estado e até do País.

A Greve de 1990

Em 1990, houve uma paralisação da classe ministerial, principalmente para reivindicação salarial. Nós tínhamos uma remuneração que, apesar da importância, da relevância das nossas funções, era muito inferior à da magistratura. E eu tinha esse conhecimento em casa: meu marido, magistrado; e eu, do Ministério Público. Então, nós lutamos para conseguir melhores condições de trabalho e a melhor remuneração, e conseguimos, pelo menos, uma parte.

Eu, mesmo como chefe da Instituição, estava totalmente à frente da classe. Eu nunca me dissociei de nenhum movimento de reivindicação do Ministério Público. Pelo contrário, eu sempre me coloquei na frente, porque, se eu chefiava a Instituição, eu tinha que estar na linha de frente do bom combate. Era isso que eu fazia.

Abertura de Caminhos para Consolidação da Imagem e da Respeitabilidade Atuais do Ministério Público

A sociedade ainda não conhecia o caminho do gabinete do promotor, a sociedade precisava reconhecer esta instituição como defensora de seus direitos. E eu me propus exatamente a fazer isso, a valorizar a figura do promotor perante a sociedade a partir da investidura nos cargos. Durante os meus mandatos, eu promovi quatro concursos de ingresso na carreira, solenizei a posse dos promotores de justiça – não era um cargo qualquer, a sociedade precisava conhecer quem eram esses promotores – e era a coisa mais linda e comovedora vê-los entrar, seguindo o Colégio de Procuradores, vestidos nas suas becas para receber os seus atos de designação para as comarcas. Então, essa solenidade chamou a atenção de toda a sociedade e das autoridades também. Todas foram prestigiadas pelas mais altas autoridades do Estado, a partir do Governador. O Ministério Público inovou até em termos de cerimonial. Ainda não havia uma consciência real do que era o Ministério Público, que não se vincula a nenhum dos poderes do Estado, não é subordinado nem ao Poder Executivo,

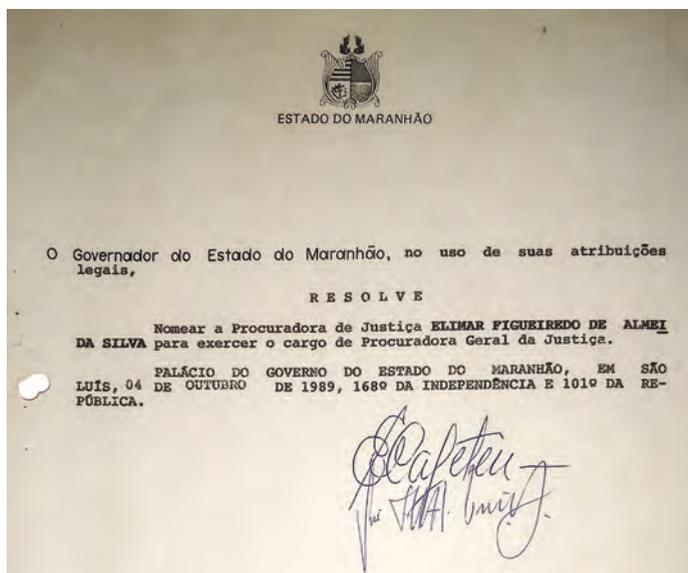
nem ao Poder Legislativo, nem ao Poder Judiciário, mas figura como uma instituição interpoderes. Por quê? Porque é o defensor da sociedade, representa o Estado – não o Governo – na defesa da sociedade. Então, no cerimonial, no Palácio do Governo, figurava, como de praxe, o Governador do Estado, o presidente da Assembleia Legislativa, o presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador-Geral de Justiça. Na linha de hierarquia do cerimonial, era essa a ordem.

Nós realizamos quatro concursos para ingresso na carreira do Ministério Público. Eu sei que nós não éramos nem duzentos, talvez, se chegasse a cento e oitenta, e, depois, fomos crescendo, só que não fomos crescendo em quantidade progressiva, porque nossos concursos eram e são muitos difíceis, muito disputados. No primeiro concurso que eu promovi, foram seiscentos candidatos, passaram dezessete. Por aí, se vê, né? Então, eu tinha necessidade de fazer dois concursos por ano, três concursos... Eu fiz quatro concursos em dois mandatos. Depois disso, já houve mais concursos e o Ministério Público do Maranhão é conhecido, aqui e fora – o número de pessoas que vêm de fora se inscrever no nosso concurso é muito grande, nós temos promotores de vários estados da Federação, assim como muitos saíram daqui para servir em outros estados. E eu gostaria até – é uma boa lembrança – de me atualizar desses pormenores, para fazer um levantamento do crescimento do Ministério Público. Posso dizer que não tenho, de cabeça, o crescimento quantitativo,¹¹ mas o crescimento qualitativo, eu atesto, esse foi exuberante.

¹¹ Em 1955, quando Dra. Elimar ingressou no Ministério Público do Maranhão, havia 50 promotores públicos no Estado, efetivamente. Em 1989, 34 anos depois, quando ela assumiu a Procuradoria Geral de Justiça, esse número havia apenas dobrado: havia 108 promotores de justiça no Estado do Maranhão, efetivamente. Em 1990, o número de cargos de Promotor de Justiça, acrescido de 46 vagas na gestão dela, era de 159; e, já em 1991, subia para 230. Hoje, há mais de 300 promotores de justiça. “Por aí, se vê” – como, em passagem anterior, disse Dra. Elimar.



Governador Eptácio Cafeteira (1987-1990)



Primeira nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 1989

Termo de Exercício que presta a Doutora Elimar Figueiredo de Almeida Silva no cargo de Procuradora Geral de Justiça.

Cos seis (06) dias do mês do outubro de mil novecentos e oitenta e nove, após haver toma do posse perante o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, conforme disposto no artigo 10, da Lei Delegada n.º 156/84, e em cumprimento ao artigo 71 do mesmo diploma legal, compareceu a esta Procuradoria Geral de Justiça a Doutora Elimar Figueiredo de Almeida Silva, a qual perante o Doutor Pedro Emanuel de Oliveira, após exibição do título de sua nomeação, datado de quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e nove, assinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, assumiu o exercício do cargo para o qual foi nomeada. Para constar depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo Doutor Pedro Emanuel de Oliveira e pela Doutora Elimar Figueiredo de Almeida Silva - Procuradora Geral de Justiça. Em Itoneide, Quatro de Outubro, Diretoria da Unidade Setorial de Administração desta Procuradoria, lavrou a presente termo.

Assinado por Pedro Emanuel de Oliveira

Termo de Exercício - 1989

Procuradora é empossada em São Luís

A advogada Elimar Figueiredo de Almeida e Silva foi empossada, ontem, na Procuradoria Geral da Justiça no lugar do advogado Pedro Emanuel. A substituição se deu por força de um dispositivo da nova Constituição do Estado que não permite que as funções do Ministério Público sejam exercidas por pessoas que não trabalhem à carreira. A doutora Elimar ressaltou que dará continuidade ao programa de aprimoramento profissional dos integrantes do Ministério Público através da realização de cursos de treinamento e reciclagem.

(Página 6)



Elimar e Silva assume a Procuradoria-Geral do Estado, como manda a Carta

Chamada para a notícia jornalística da posse, 1989 (jornal *O Imparcial*, 07.10.89)

Novo Procurador toma posse

Pedro Emanuel deixa o cargo que é assumido por Elimar de Almeida

Foi empossada ontem, no cargo de Procurador Geral da Justiça, a dra. Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, que substituiu o advogado Pedro Emanuel. A substituição se deu por força de um dispositivo constitucional que não permite que as funções do Ministério Público sejam exercidas por pessoas estranhas à carreira. No entanto, Elimar ressaltou que dará continuidade ao programa de aprimoramento profissional dos integrantes do Ministério Público através da realização de cursos de treinamento e reciclagem.

É objetivo da nova Procuradoria realizar esses cursos com o pessoal da primeira instância com a participação efetiva dos procuradores de Justiça, titulares da segunda instância do Ministério Público. Até o final deste mês deverá ocorrer um curso sobre matéria penal, que será ministrado por professores da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Também este mês serão enviados promotores para participarem de um Congresso sobre os Direitos do Menor, em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso. Paralelo a estes trabalhos haverá o desenvolvimento de um programa de suprimento das condições de trabalho dos promotores nas diversas comarcas.

Elimar Almeida lembrou ainda que está sendo elaborado um anteprojeto que deverá servir de sugestão no encontro de vereadores que acontecerá em São Luís brevemente. Estas sugestões se referem à inclusão na Lei Orgânica dos Municípios, da obrigatoriedade dos municí-

pios propiciarem as condições necessárias para o funcionamento dos serviços da Justiça, tendo em vista a sua essencialidade. "Essas condições se traduziriam na designação de residências oficiais para os Juízes e Promotores nas comarcas do interior", esclareceu.

Ao ser interpeilada sobre a luta por melhores salários para os promotores, ela ressaltou que esta é uma batalha de extrema importância e que não pode ser colocado em segundo plano, pois refere-se ao tratamento remuneratório hoje dispensado ao Ministério Público. "Temos absoluta confiança de que brevemente será modificada esta paisagem", declarou dra. Elimar.

Está incluído no projeto de trabalho da Procuradoria a eleição, pela classe, de uma lista tríplice para o cargo de Procurador Geral da Justiça, que a partir de lá passará a ter mandato definido. "Essa será mais uma conquista do Ministério Público assegurada na Constituição Estadual e que se tem realidade tão logo entrar em vigor a Legislação complementar. Por último, Elimar garantiu que tentará ter a situação em que se encaixa a classe com um número tão grande de promotores quanto concurso para juiz, esclarecendo que o Ministério Público não pode constituir como celeiro para promover elementos qualificados outras categorias.



Elimar tomou posse perante o Ministério Público

Notícia jornalística da posse, 1989 (jornal *O Imparcial*, 07.10.89)



ESTADO DO MARANHÃO

Portaria Nº 629 de 21 de dezembro de 1989

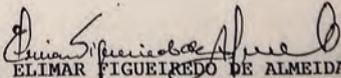
O Procurador Geral da Justiça, no
uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

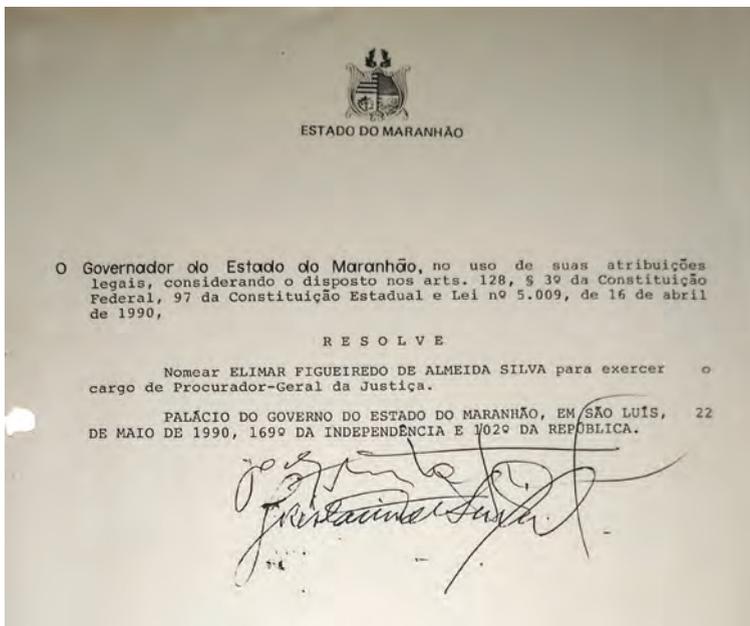
DESIGNAR os Procuradores de Justiça MÁRIO LEONARDO PEREIRA, NILDE CARDOSO MACEDO SANDES, JOSÉ SÉRGIO DOS REIS COELHO e o Promotor de Justiça JOSÉ HENRIQUE MARGUES MOREIRA para, sob a coordenação do primeiro, procederem à elaboração do Projeto de Lei Complementar de que tratam os artigos 61 da Constituição Federal, e 42 e 96 da Constituição Estadual.

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

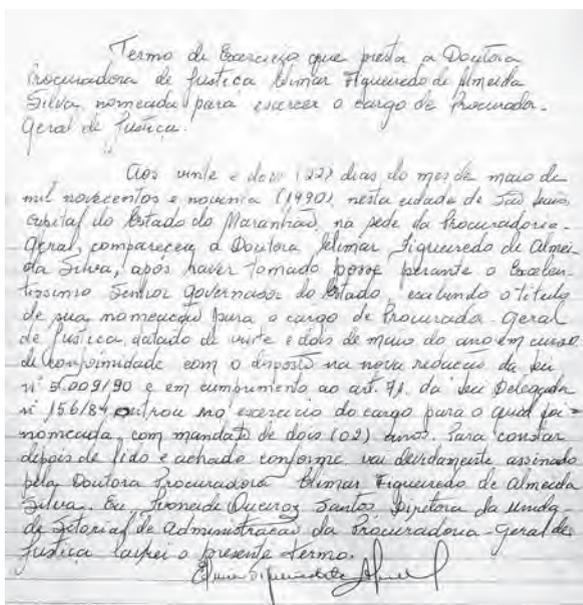
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO
LUÍS, 21 DE DEZEMBRO DE 1989.


Dra. ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça

Designação de comissão para elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica do MPMA
(21.12.1989)



Segunda nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 1990



Termo de Exercício-1990



Colégio de Procuradores de Justiça, início dos anos 1990. Dra. Elimar ao centro (BRITO, Sérgio. *Perfil do Maranhão* 91/92. São Luís: Perfil Editora, 1992. p.107)

Entrevista: Elimar de Almeida Ministério Público: a Justiça cruza os braços

JACQUELINE HELLUY
Sistema de Cadê

Composto por 177 membros — 21 procuradores e 156 promotores em todo Estado — o Ministério Público do Maranhão ganhou destaque nos últimos dias por ter decidido, motivado por um generalizado descontentamento, cruzar os braços, paralisando todas as ações penais de Justiça maranhense. O motivo é não aprovação do projeto-de-lei que concedia melhores condições salariais à categoria. Para os leigos, os procuradores e promotores de Justiça não passam de "marajás" que ganhavam os maiores salários do Estado; outros, nem sabem o que significa Ministério Público ou o que ele faz ou deveria fazer. A procuradoria geral de Justiça, Elimar Figueiredo de Almeida, explica nesta entrevista a O IMPARCIAL as verdades de uma categoria que luta apenas por um tratamento salarial condigno à magnitude das funções constitucionais que lhes são asseguradas.

O I — Os procuradores e promotores de Justiça deste Estado resolveram entrar em greve. Os leigos no assunto costumam que o Ministério Público está revoltado com a decisão do governador, que vetou o projeto de lei da categoria, que nivelava o fator salarial com o Poder Judiciário. Explique esta questão.

MP — Em princípio, o Ministério Público não está querendo uma equiparação salarial com o Poder Judiciário. Os promotores e procuradores estão reivindicando uma justa remuneração, a partir de parâmetros próprios e, tomando como referencial, o que é atribuído ao Ministério Público Federal como a nível federal, o Ministério Público tem como parâmetro o vencimento do ministro do Supremo Tribunal Federal, nós tomamos como paradigma o mesmo que toma o Ministério Público Federal. Não houve mudança neste sentido. Não estamos pleiteando isonomia. Queríamos uma legislação própria, uma lei do Ministério Público, como instituição permanente e essencial à função jurisdiccional do Estado.

O I — A ideia que passa pela cabeça de muita gente é que procurador e promotor ganham muito e não fazem nada. O que é o Ministério Público e que funções desempenha?

MP — O Ministério Público é consagrado nos textos constitucionais como a instituição permanente e essencial à função jurisdiccional do Estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais, individuais e individuais. Isto está no artigo 127 da Constituição Federal.

O I — Daria para explicar o que vem a ser este leque de atividades do Ministério Público?

“Não queremos equiparação de salários com magistrados”

MP — Em resumo, o Ministério Público vem a ser o verdadeiro guardião do regime democrático. É o titular e fustador dos interesses da sociedade. Ele está ali para proteger o interesse de todos os despossuídos, para defender os injustiçados, para defender aqueles direitos que têm a ver com a cidadania, com a liberdade, com a qualidade de vida. Enfim, com tudo aquilo que constitui a essência de uma sociedade digna e justa.

O I — O que o governador João Alberto alegou para vetar o projeto de



Elimar: “Queremos justa remuneração”.

lei?
MP — O governador alegou, no uso de poder que ele detém — de veto ou sanção — isto ninguém discute, a impossibilidade de sancionar o projeto porque existia uma lei anterior que assegurava este tratamento salarial e esta lei estava em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

O I — Quer dizer que existia uma lei que garantia melhores condições salariais ao Ministério Público. Quando ela deixou de existir e por quê?

MP — Ela vigorou até julho deste ano. Mas foi a julgamento no Supremo Tribunal Federal depois de ser arguida sua inconstitucionalidade pela Associação de Magistrados Brasileiros, provocada pela Associação de Magistrados do Maranhão. A partir daí foram suspensos, por uma liminar, os efeitos desta isonomia com a magistratura.

O I — O motivo alegado pelo governador não satisfaz a categoria?

MP — Isto não procede porque uma lei nova revoga uma lei antiga. Este precedente já houve na Assembleia e isto está muito recente na memória, não só do Ministério Público como dos próprios parlamentares. Aconteceu na época em que se assumiu o governo o senhor Epitácio Cafeteira e houve um movimento na Assembleia Legislativa em relação a uma lei de iniciativa do governador Luiz Rocha — a Lei de Aumento — que contemplava as categorias no mesmo plano de igualdade. Isto não é novidade para nós. Quem primeiro reconheceu a isonomia entre Ministério Público e Magistratura foi o então governador José Sarney.

O I — A senhora falou que o Ministério Público objetiva um tratamento salarial condigno à magnitude das funções que lhe são asseguradas pela Constituição. Que funções são estas? Ou melhor, em que setores da sociedade o MP está atuando?

MP — A gama de atuações do Ministério Público é extremamente variada e rica. Praticamente em todos os setores e não apenas na esfera penal, como costumemente é vinculada à figura do promotor. Ele está presente na defesa do meio ambiente, defesa do consumidor. Não há divulgação, mas a Curadora dos Direitos do Consumidor está fazendo acordos e notificando. Tem uma demanda muito grande porque a procuradoria aqui na capital. Nós temos também a Defesa do Patrimônio Histórico porque o meio ambiente engloba também o ambiente produzido pelo homem, mas que se integra.

O I — Existem exemplos concretos em que a ação do Ministério Público se fez presente?

MP — Sim, existem vários. Em Riachão, durante o primeiro turno, um promotor designado para atuar no eleitoral constatou a saída de uma curreta carregada com perto de 2.500 toras de faveiro de arceite. O promotor constatou no exercício da função, que era ilegal o carregamento. Instaurou inquérito civil imediatamente e determinou a apreensão da madeira. Ele tomou todas as providências e quando terminou a eleição deixou esta madeira em depósito, sob a guarda do delegado de polícia. Após a saída da comarca, o transportador impetrou o mandado de segurança e o juiz concedeu uma liminar, liberando a curreta.

O I — Esta atitude do juiz demons-

tra então que não está havendo isonomia entre o Ministério Público e a Magistratura?

MP — Na hora em que o Ministério Público está pretendendo moralizar o sistema, é preciso que haja uma conjugação de forças. É preciso que haja um objetivo comum, porque senão uma ação será esvaaziada por outra e perderá o sentido. Por força de uma liminar, o trabalho do Ministério Público foi prejudicado. Mas não ficou parado, porque não vai ficar por aí. As notícias que nos chegam é que este transporte ilícito de madeira tem vinculações fortíssimas com o crime organizado. O promotor está ali associado.

O I — Existem também outros casos em que promotores estejam ameaçados?

“Ministério Público está sempre presente na sociedade

MP — Exatamente. Nós não recebemos risco de vida. Mas nós corremos riscos de vida. Um delegado de polícia recebe risco de vida, o promotor não. Há o caso de Bom Jardim. A promotoria de Justiça, que ingressou recentemente no MP, cometeu um erro de competência e de corragem. Foi ameaçada de morte pelo prefeito municipal a pretexto políticos de coragem, que não nos dizem respeito. O prefeito determinou o esvaziamento do mercado público e os feirantes correram para a promotoria. Ela deu a resposta certa de que só poderiam sair se houvesse um mandado judicial. Enquanto não houvesse isso, que permanecesse lá.

O I — Neste caso, houve atos contrários entre Ministério Público e Magistratura?

MP — Neste caso, não havia juiz em Bom Jardim. Havia apenas o promotor. Quem deveria responder por Bom Jardim era o juiz da comarca mais próxima, que é Santa Inês. Também não havia um juiz presente responder por Bom Jardim por solicitação da Procuradoria Geral da Justiça diante da situação de risco iminente que corria não só o representante do Ministério Público, como também os feirantes que eram ameaçados por pistoleros. O Tribunal de Justiça designou um dos juizes da comarca de Santa Inês, o qual permaneceu em São Luís. Não havia a presença da Justiça em Bom Jardim, somente o promotor, sem a presença de um juiz, o que levou os feirantes a deixar a cidade, tendo a violência do prefeito.

O I — Mas uma vez o Ministério Público não teve sua ação esvaaziada?

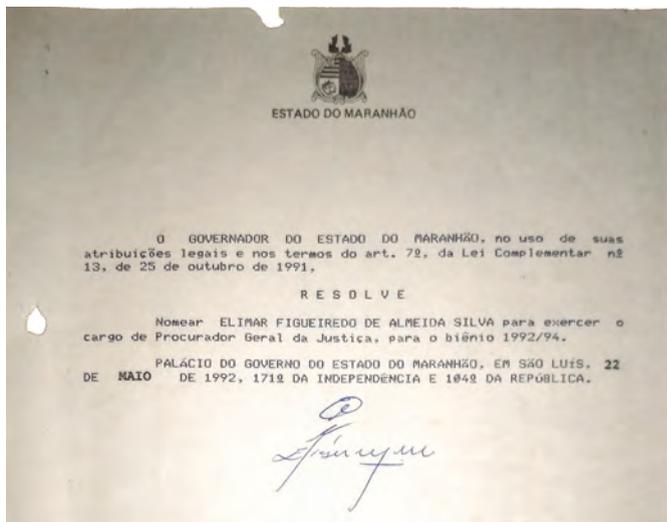
MP — Sim, e este esvaziamento da atuação do MP não pode ocorrer, sob pena de estar sendo também esvaaziada uma das finalidades do Judiciário. É preciso que o Judiciário se concentre na essencialidade da função do Ministério Público, tanto quanto a dos juizes. Somos ambos essenciais à Justiça. O promotor não é do mero auxiliar do juiz. Ele trabalha pela Justiça, como deve trabalhar também a Magistratura.

O I — Existe realmente a tal disputa entre a Magistratura e o Ministério Público? Comentam até que os desembargadores seriam os principais interessados na não aprovação do projeto de lei do MP?

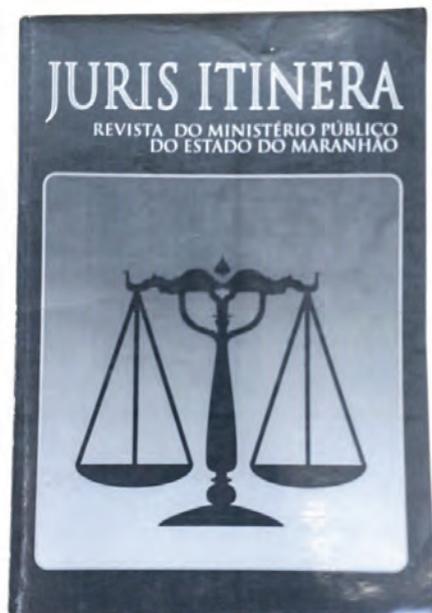
MP — Os comentários existem. Nós não tomamos conhecimento destes tipos de comentários porque consideramos que seria até aviltar a função do Poder Judiciário e considerar que a pode descer a este plano de confronto com o Ministério Público. Eu não acredito que o Poder Judiciário tenha recuo da remuneração do promotor. Eu tenho a plena convicção de que ao Judiciário interessa um Ministério Público atuante. Interessa a presença do promotor na Comarca. Interessa que nós tenhamos quadros qualificados, tanto quanto os quadros da Magistratura. Seria inconcebível que partisse do Judiciário este tipo de procedimento. Falam por aí, mas eu acredito em uma proposta análoga do Judiciário, em termos de servir à Justiça como um todo.



Dra. Elimar ao lado do Des. Pires da Fonseca (1991),
que seria presidente do TJMA no biênio 1992-1993



Terceira nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 1992



Revista do MPMA, criada em 1992



Dra. Elimar em evento social, 1992



Dra. Elimar e seu marido, Des. José Antônio Almeida Silva, 1993



Posam com Dra. Elimar, no dia da posse (07.10.1993), oito dos dez primeiros aprovados (os primeiros nomeados) no último concurso para ingresso no Ministério Público que ela realizou.

Da esquerda para a direita: Washington Luiz Maciel Cantanhêde (8º), Marcio Thadeu Silva Marques (6º), Cláudio Luiz Frazão Ribeiro (3º), Luiz Muniz Rocha Filho (7º), Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva, Zanony Passos Silva Filho (1º), Moema Figueiredo Viana Pereira Brandão (2º), Sílvia Celeste Aragão Bluhm (5º) e Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes (10º). Faltam na foto os promotores, também recém-empossados, Márcia de Fátima Cardoso Sandes Farias (4º) e Wallace Linhares Moraes (9º).



Procuradoria Geral de Justiça, conquista de 1994



Dra. Elimar em evento social, 1994



Foto de 2003 na Galeria dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça, inaugurada no Memorial do MPMA em 2004

A MULHER AVALIA A SUA TRAJETÓRIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

As questões de gênero, hoje, são muito mais acentuadas do que naquela época em que comecei como Promotora, inclusive, uma época mais conservadora. Evidentemente, *[as profissões da área jurídica]* eram consideradas profissões masculinas, mas nunca houve impedimento a que uma mulher se inscrevesse. Talvez você não saiba, mas houve estados, e eu não vou nominar o estado – que eu tenho de fonte limpa a informação – em que as mulheres eram cortadas logo na inscrição por serem mulheres. Isso nunca aconteceu no Maranhão. Eu nunca me senti discriminada em lugar algum a que eu comparecesse, nunca. E fui a primeira mulher eleita pela classe, depois da Constituição de 88, no Brasil. Havia procuradoras, mas eleitas pelo Colégio de Procuradores. No pleito democrático com participação de todos os promotores e procuradores, eu fui a primeira. E nunca tive nenhuma restrição no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que era eminentemente masculino. Eu acho que houve uma época em que nós éramos só duas Procuradoras-Gerais, eu e a Doutora Edith, do Pará,¹² mas nem por isso houve qualquer conotação de diferença, de gênero, tanto que fui eleita, por aclamação, secretária-geral do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, órgão que existe até hoje.

¹² Edith Marília Maia Crespo foi Procuradora-Geral de Justiça do Pará nos biênios de 1988-90 e 1990-92, na condição de integrante da carreira nomeada independentemente de escolha pela classe, tendo sido a primeira mulher a exercer o cargo naquele estado; e de 1993-95, nomeada após eleição pela classe em lista tríplice, a primeira formada pelo Ministério Público do Pará, nos termos da Constituição Federal de 1988.



Edith Marília Maia Crespo, Procuradora-Geral de Justiça do Pará (1988-92 e 1993-95). (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. *Memórias do Ministério Público do Estado do Pará*. Belém: MPPA, 2015. p.160)



Galeria das Mulheres Pioneiras do MPMA,
inaugurada em 2018 no Memorial da Instituição.

Da esquerda para a direita: **Maria da Conceição Amorim Motta**, primeira Promotora Pública do Maranhão (1935) e uma das primeiras do Brasil; **Arcelina Rodrigues Mochel**, primeira Promotora Pública no interior do Maranhão (1937) e aprovada em 1º lugar no primeiro concurso público para o cargo (1941), que não assumiu;

Aurora Correia Lima Félix, primeira Promotora Pública do Maranhão aprovada em concurso público (3º lugar, em 1941);

Néa Bello de Sá, primeira Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão, *ad-hoc* e interinamente (decana do Colégio de Procuradores), em várias ocasiões entre 1979 e 1987; e **Elimar Figueiredo de Almeida Silva**, primeiro membro do MPMA eleito pela classe para chefia-lo (1990) e primeira Procuradora-Geral de Justiça do País nessa condição.

CONDECORAÇÕES, APOSENTADORIA E MAIOR PRESENÇA FAMILIAR

Eu estou com 88 anos de idade¹³ e me aposentei em 1997, antes da compulsória, se bem que acho que a pessoa com 70 anos, 75 anos, ainda está em plena força de trabalho. Desde que as suas funções cognitivas não sejam afetadas, tem condição de trabalhar, produzir e contribuir.

Curiosamente, eu não sofri quando tive que me aposentar. Achei que eu estava, de repente, livre de prazos, de pareceres, de processos, e eu podia dar à minha vida o rumo que eu quisesse. Então, eu tive, assim, uma sensação de liberdade, mas isso não quer dizer que a liberdade significasse romper os laços que me prendiam e prendem ao Ministério Público, porque é minha instituição e eu sempre a priorizei em todas as instâncias da vida.

Eu trabalhava muito, de manhã, de tarde e de noite. Quando eu saía de casa, às vezes, o menorzinho dos meus filhos estava dormindo. E a minha segunda filha me ajudou muito com os mais novos. E um dia ele fez uma cartinha, pois nós escrevíamos muitas cartinhas, muitos bilhetes. Dizia, em nome de todos: “— Mãe, estamos sentindo muito a sua falta, mas, como é pelo bem do Maranhão, nós compreendemos.” [risos]¹⁴

Recebi, durante a minha trajetória, condecorações pelo Ministério Público e também pela minha atividade na área educacional.

¹³ Data da entrevista: 23.11.2017.

¹⁴ No momento dessa declaração de Dra. Elimar, seu filho Francisco José adentrou o recinto onde a entrevista se realizava e, em tom de brincadeira, fez uma intervenção que, a despeito disso, ilustra bem a entrega da entrevistada à causa ministerial por toda a vida – razão de impor-se o registro do “incidente” neste trabalho, ainda que como nota de rodapé, considerando o inusitado daquela interrupção e a dificuldade para contemplá-la na edição da entrevista. Segue a transcrição editada do “incidente”, em que são citados dois sucessores de Dra. Elimar, os procuradores-gerais Jamil de Miranda Gedeon Neto e Luiz Gonzaga Martins Coelho:

“**Francisco José:** É o seguinte...: mas depois ela adotou uns filhos, sabe? Um tal de Jamil, um tal de Gonzaga... Aí, depois, dedicava mais tempo para esses outros filhos...”

Dra. Elimar: Gonzaga foi meu oficial de gabinete. Gonzaga eu conheço desde tenra idade. Até porque a família dele é de Loreto, meu marido foi Juiz em Balsas... A primeira esposa dele, o nome dela era em homenagem à minha segunda filha, Virgínia Helena.”

Nós criamos também a Escola Superior do Ministério Público e isso tudo me traz, assim, uma satisfação muito grande. Eu acho que não trabalhei em vão. Eu dei o que tinha de melhor de mim, durante 40 anos, ao Ministério Público, que era a razão da minha vida, da minha vida profissional. Tanto, que quando eu resolvi me aposentar, fui instada por muitos colegas a me candidatar novamente a Procuradora-Geral de Justiça [risos]. Mas aí eu fiz uma carta para eles e expliquei por que eu estava deixando o Ministério Público: que agora eu me devia dedicar à minha família, que durante 40 anos me dividira com o Ministério Público; que, então, chegara a hora de percorrer outros caminhos, sem que isso me afastasse, nem me afasta, da instituição a que eu pertencço.

Eu nem sei se posso precisar, assim, um ponto alto da minha carreira, tantas as lembranças maravilhosas que eu tenho dela, mas eu acho que chegar a Procuradora-Geral de Justiça e poder realizar meu sonho, proporcionando aos membros da Instituição [*conhecer*] tudo aquilo que eu entendia como justiça social, como engrandecimento profissional, como a paga condigna – isso tudo que, como Procuradora-Geral, eu procurei fazer – talvez aí eu tenha atingido o ápice da minha carreira.



E STADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

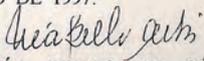
PORTARIA Nº 1.655 DE 12 DE NOVEMBRO 1997

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conferir à Doutora **ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA**, Procuradora de Justiça, **menção de louvor** pelo brilhante desempenho de suas funções ministeriais no decorrer de sua carreira, e pelo legado registrado na história do Ministério Público, marcados pela invulgar capacidade de trabalho e reconhecida cultura jurídica, o que, certamente, contribuíram para o fortalecimento e engrandecimento da classe.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM
SÃO LUÍS, 12 DE NOVEMBRO DE 1997.


Dra. NÉA BELLO DE SÁ
Procuradora Geral de Justiça
Em exercício

Louvor pela brilhante trajetória institucional, 1997



Medalha do Mérito Timbira, do Governo do Maranhão, 1970





Medalha do Mérito do Ministério Público, 1985





Medalha de Grã-cruz da Ordem dos Timbiras, do Governo do Maranhão, 1990





Medalha Brigadeiro Falcão, da Polícia Militar do Maranhão, 1993





Medalha do Mérito Judiciário, do Tribunal de Justiça do Maranhão, 1997





Medalha Simão Estácio da Silveira, da Câmara Municipal de São Luís, 2000





Medalha da Ordem do Mérito da AMPEM, 2001





Comenda Arcelina Mochel, da AMPEM, 2004





Medalha Mérito Educacional, do Conselho Estadual de Educação, 2004





Medalha do 4º Centenário de São Luís, da Assembleia Legislativa Estadual, 2012



O LEGADO

Em síntese, abrangendo toda a minha atuação no Ministério Público, acho que uma das características da minha atividade funcional foi projetar o nome da Instituição, fazer com que ela adquirisse fóruns de respeitabilidade que lhe eram próprios, fazer com que houvesse um reconhecimento da dignidade das funções do promotor, fazer com que a sociedade conhecesse o caminho da porta do gabinete do promotor. Tanto, que eu recomendava aos promotores que nunca fechassem as portas, que deixassem as portas abertas, porque a comunidade tinha que fazer ouvir a sua voz, porque o promotor representa, de fato, a sociedade; e é ele quem tem voz e vez.

A Constituição Federal de 88 deu ao Ministério Público toda a liberdade de atuação de que ele goza hoje, mas existe um artigo, no capítulo referente ao Ministério Público, aliás, são um artigo e um inciso da Constituição Federal, que dizem: Artigo 129 – “São atribuições do Ministério Público.”; e o inciso segundo – “Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos.” Portanto, nós temos que zelar para que os direitos dos cidadãos sejam assegurados e sejam respeitados pelos demais poderes e por todos os serviços de relevância pública.

Então, esse, para mim, é o papel fundamental do Ministério Público e meu agir foi nesse sentido.

Obtivemos muitas conquistas. A partir do exercício pleno da autonomia funcional, a partir de criar-se uma consciência no promotor de que ele não era subordinado a ninguém, a não ser à sua consciência. O promotor não tem patrão. Ele, administrativamente, se vincula ao Procurador-Geral de Justiça e aos órgãos da Administração Superior, mas, no seu modo de agir, na sua atuação no processo, na atuação na comarca, desde que ele não seja um transgressor, ele é o dono da situação, é ele quem manda. Então, eu acho que isso é de uma importância extraordinária, porque mostra para esse homem ou essa mulher, que são o Ministério Público, o seu poder-dever de agir em defesa dos direitos assegurados na Constituição.



2004. Prestigiando a inauguração do Memorial do Ministério Público, ao lado do marido (14.12)



2004. Na inauguração do Memorial do Ministério Público, com outros ex-Procuradores-Gerais de Justiça, ladeando Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, então titular do cargo (14.12)



2004. Na inauguração do Memorial do Ministério Público, com outros ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público, ladeando Dr. João Raymundo Leitão, então titular do cargo (14.12)



2013. Participando da reinauguração do Memorial do Ministério Público (09.08), entre a procuradora-geral de justiça Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha e o ex-procurador-geral Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho



2013. Posando com membros do MPMA no Memorial da Instituição, após a sua reinauguração (09.08)



2017. Na comemoração dos 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça (15.05)





2017. Homenageada pelo procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho na comemoração dos 50 anos da Procuradoria Geral de Justiça (15.05)



2018. Prestigiando a reinstalação do Memorial do Ministério Público, no Edifício Aurora Correia Lima Félix (14.12)



2018. Assinando o livro de visitas do Memorial do Ministério Público, após a sua reinstalação (14.12), ao lado do procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho

A EVASÃO DE TALENTOS, OUTRORA. A VITÓRIA, HOJE

Ao longo do tempo, eu não diria que foram muitos promotores, mas foram bons promotores, alguns aprovados nos concursos que realizei, que saíram do Ministério Público para a magistratura estadual. Eu lamentava profundamente a saída deles, mas tinha uma palavra para dizer-lhes: “*Perde o Ministério Público, ganha a magistratura*”. Todos eles, hoje, são excelentes juizes. Alguns também fizeram concurso para Procurador da República; outros, para Juiz Federal.

Não foi uma quantidade considerável, mas, em termos de qualidade, foi, realmente, uma perda. Mas foi uma perda que engradeceu a Instituição, porque eles saíram dela já engrandecidos, já sendo pessoas cultas, pessoas com caráter formado, forjado na luta do Ministério Público. E foram juizes e são juizes, hoje, com uma compreensão do social, do que é justo. Não são juizes que se limitam ao que está nos processos, eles são juizes que ultrapassam as fronteiras dos gabinetes e sentem o social que está pulsando aí fora.

Mas, olhando para trás e vendo, principalmente, a nossa trajetória de crescimento, eu tenho orgulho disso! Acho que tudo aquilo que foi feito com muito suor, muito sacrifício, muito trabalho ao longo dos anos, obteve um coroamento esplêndido.

Nós temos, hoje, uma das melhores sedes do Ministério Público no País e isso me orgulha demais. Eu tenho o maior prazer quando eu vou lá e vejo os promotores bem acomodados. Você imagine que, quando eu assumi a Procuradoria Geral de Justiça, nós conseguimos comprar um computador (não tinha nenhum, era só máquina de escrever) e aquilo foi um regozijo, todo mundo foi para cima: “*que maravilha, compramos um computador...*”. E, hoje, todos os promotores têm computador, todos os setores são informatizados, tudo... Então, isso é uma vitória! É o reconhecimento de uma ação efetiva, uma ação verdadeira em defesa da sociedade, que a reconhece, permitindo que nós consigamos alcançar esses objetivos.

Você não vê ninguém indo para jornais reclamar da boa atuação do promotor. Só reclama... reclamam, hoje, os que estão compromete-

tidos na “Lava Jato”, reclamam porque são corruptos, reclamam porque o anjo do Ministério Público e da Justiça está ali em cima deles, com o apoio incondicional da sociedade.

E é isso que tem o Ministério Público que fazer: não se compadecer com a corrupção, não se compadecer com a ilicitude, não se compadecer com a deficiência do ensino. Hoje, nós temos um dos ensinos públicos piores em escala mundial...



2010. Participando do Congresso Estadual do MPMA (14.12).
Em pose com o Colégio de Procuradores de Justiça, posicionada ao centro



2016. Participando da inauguração do novo edifício da Procuradoria Geral de Justiça (10.06) ao lado da procuradora-geral de justiça Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha



2016. Inauguração do novo edifício da Procuradoria Geral de Justiça (10.06)



2016. Novo edifício da Procuradoria Geral de Justiça (10.06)



2018. Início da reinauguração do prédio sede das Promotorias da Capital (15.03)



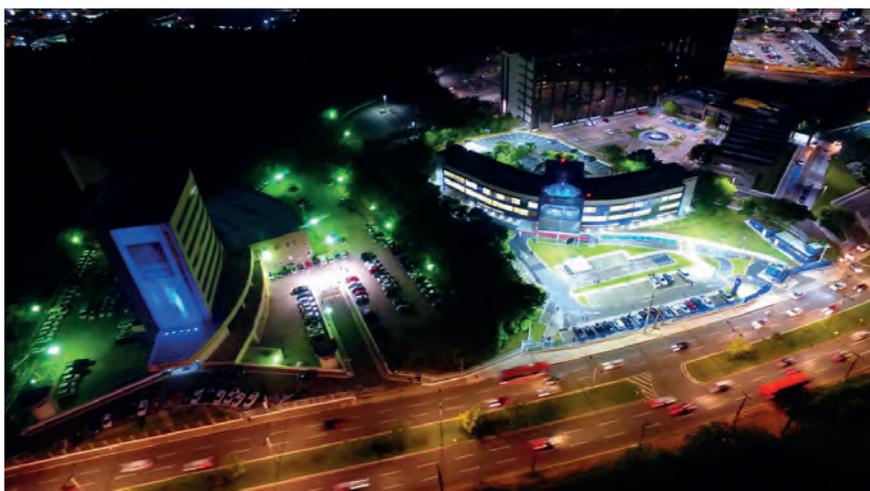
2018. Participando da reinauguração da sede das Promotorias da Capital, Edifício Promotor Celso Magalhães (15.03), ao lado de autoridades.



2018. Posando com o procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho no nicho de Celso Magalhães, saguão do edifício sede das Promotorias da Capital, então reinaugurado (15.03)



2018. Fachada do prédio sede das Promotorias da Capital no dia da reinauguração (15.03)



2018. Vista aérea noturna dos prédios da PGJ e das Promotorias da Capital e arredores, no bairro Calhau



2018. Participando da inauguração do Edifício Aurora Correia Lima Félix, antigo prédio da PGJ, conquista de 1994





2018. Participando da inauguração do Edifício Aurora Correia Lima Félix, antigo prédio da PGJ, conquista de 1994





2018. Na solenidade de inauguração do Edifício Aurora Correia Lima Félix, cedendo medalhas para o Memorial (14.12), na presença do procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho



2018. Na solenidade de inauguração do Edifício Aurora Correia Lima Félix, discursando sobre a história do prédio (14.12)

MENSAGEM PARA OS FUTUROS MEMBROS DO MPMA

Esperança e Juventude

Para os novos, uma mensagem da esperança, da coragem, da consciência cívica, do poder-dever de promover, principalmente, a justiça social.

Eu sempre considerei que o promotor de justiça poderia ser um agente de transformação social e isso já está acontecendo, hoje, quando vemos as ações do Ministério Público, definidoras do modo de agir da Instituição.

Só que promotor não julga, ele age, ele denuncia, ele exerce a *persecutio criminis*, que é a perseguição criminal, e também atua na esfera civil. Os grandes avanços que o Ministério Público tem, não somente no tema do momento, que é o combate à corrupção, que tem que ser exercido em todas as áreas, por todo e qualquer membro do Ministério Público, mas, por exemplo, na defesa do meio ambiente, o que deve fazer parte do nosso dia a dia – e nós sabemos da atuação dos promotores de justiça nas comarcas, procurando proteger os rios, combater a poluição, o desmatamento indiscriminado –, tudo isso faz parte do agir do Ministério Público.

Eu confio muito na juventude do Ministério Público, tenho certeza de que, a cada dia que passa, mais e mais eles procuram – os jovens promotores, os jovens procuradores, que hoje o nosso Colégio de Procuradores é um colégio jovem – aprimorar os seus estudos.

Acho que uma das grandes conquistas que nós tivemos com a Constituição, em 1988, além da independência funcional, foi a vitaliciedade. Então, você não está promotor, você não está procurador; você é!

E isso é muito importante, porque nós levamos pela vida afora. Podemos nos aposentar, mas os ideais permanecem os mesmos.

Uma Palavra Final Sobre a Educação

O Brasil está ocupando esse lugar [*“um dos ensinamentos públicos piores em escala mundial”*] porque a escola pública foi postergada... Hoje, a

pessoa faz um sacrifício louco para colocar seus filhos numa escola particular – nem é por status; é para ter um melhor ensino. E por que o governo, por que os poderes, por que o Legislativo e o Executivo, que são responsáveis pelas leis e pela execução dos projetos, e que recebem nossos impostos, não os aplicam em termos de educação?

Se não se fizer isto – porque na educação é que está a chave do nosso destino –, se não acordarem para a necessidade de rever todo o processo educativo, toda essa programação em que ele está, e a valorização do professor... Se não fizerem isso, o Brasil não vai para adiante. Mas se mudarem esses paradigmas, nós vamos ficar como a Coreia do Sul, hoje, país que tem um dos melhores sistemas educacionais do mundo.

Eu fico impressionada com o fato de que, a cada dia que passa, os cursos de pedagogia são menos solicitados, vão para os cursos de pedagogia aquelas pessoas que não têm possibilidade de passar em medicina ou passar em direito ou fazer outro curso. Nós precisamos fazer com que o professor seja reconhecido, que ele seja aprimorado nos seus conhecimentos, que ele não fique estanque ou que ele não se considere uma pessoa subalterna, uma pessoa de outro nível.

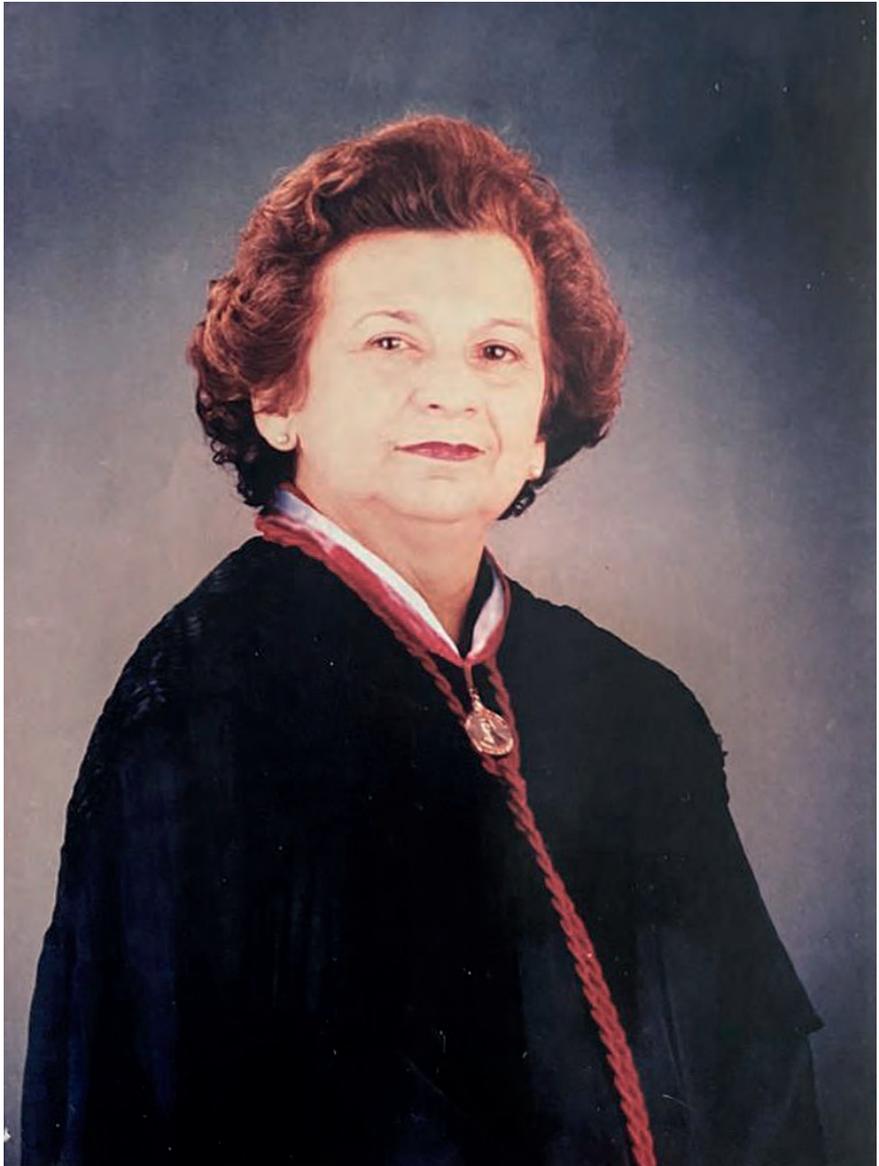
Nós ficamos, neste país, achando, por muito tempo, que era muito importante ser doutor. Ser doutor, ser médico, ser advogado... esquecendo a figura do professor, que é onde tudo começa. O professor é o formador por excelência. Não existiria um promotor, um juiz, um engenheiro, um advogado, um médico, ninguém, se não tivesse um professor na base... um professor na base!

Isso, hoje, é uma das minhas bandeiras: lutar pela educação, pela melhoria da educação no País. E eu conto que o Ministério Público me ajude nessa tarefa.

[Risos]. Ai, meu Deus! Quero ver isso depois. Eu disse muita besteira?!...
[palavras finais de Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva na entrevista]



Aguardando autógrafos em noite de lançamento de livros de promotores de justiça pela Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão-AMPEM, na sede da entidade, em 23.08. 2001.



Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva:
“Então, você não está promotor, você não está procurador; você é!”

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Elimar Figueiredo de Almeida Silva nasceu em 3 de agosto de 1929.

Membro do Conselho Superior do Ministério Público, nomeada em julho de 1989, passou a presidi-lo, como Procuradora-Geral de Justiça, de outubro de 1989 a maio de 1994. Continuou a integrá-lo nos anos seguintes.

Assessora-Chefe da Procuradoria Geral de Justiça em 1994. Diretora da Escola Superior do Ministério Público, de 1995 a 1997.

Procuradora-Chefe da República no Maranhão, substituta, por designação do Procurador-Geral da República, nos anos de 1973, 1975, 1978 e 1979. Procuradora Regional Eleitoral.

Aposentou-se em 10 de novembro de 1997.

Pertence aos quadros de membros efetivos da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 1040

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal e art. 94, § da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Nomear a Procuradora de Justiça ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor-Chefe, Símbolo DANS-2, da Procuradoria Geral de Justiça.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 30 DE MAIO DE 1994.

Jamil de Miranda Neto
Dr. JAMIL DE MIRANDA NETO
Procurador Geral de Justiça

Assessoria-Chefe da PGJ, 1994



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 1224

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal, art. 94, § 2º da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no art. 37, § 1º da Lei Complementar nº 013/91, alterada pela Lei nº 021/94,

R E S O L V E :

Nomear a Procuradora de Justiça ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA para exercer o cargo de Diretor da Escola Superior do Ministério Público, com mandato de dois anos.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 02 DE JANEIRO DE 1995.

Jamil de Miranda Gedeon Neto
DR. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Procurador Geral de Justiça



*Carida
19.01.95*
[Signature]

Diretora da ESMP, 1995



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ATO Nº 1749

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal, art. 94, § 2º da Constituição Estadual, § 1º do art. 37 da Lei Estadual nº 13/91 e considerando a indicação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Reconduzir a Procuradora de Justiça **ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA**, para exercer o cargo de Diretor da Escola Superior do Ministério Público, com mandato de dois anos.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 03 DE FEVEREIRO DE 1997.


Dr. JAMIL DE MIRANDA GEIDEON NETO
Procurador Geral de Justiça

Diretora da ESMP,1997



ESTADO DO MARANHÃO

O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Nomear a Procuradora de Justiça ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA, para integrar o Conselho Superior do Ministério Público, com mandato de dois anos, nos termos do art. 16 da Lei Delegada nº 156/ de 02 de julho de 1984.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS
05 DE JULHO DE 1989, 168º DA INDEPENDÊNCIA E 101º DA REPÚBLICA.

SIOGE

Membro do CSMP, 1989



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

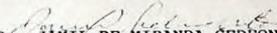
ATO Nº 1129

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal, art. 94 § 2º da Constituição Estadual e art. 12, da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 021/94,

R E S O L V E :

Nomear a Procuradora de Justiça **ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA** para integrar, como titular, o Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 12 DE SETEMBRO DE 1994.


Dr. **JAMIL DE MIRANDA CEDEON NETO**
Procurador Geral de Justiça

Membro do CSMP, 1994



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 1470

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2º da Constituição Federal, art. 94, § 2º da Constituição Estadual,

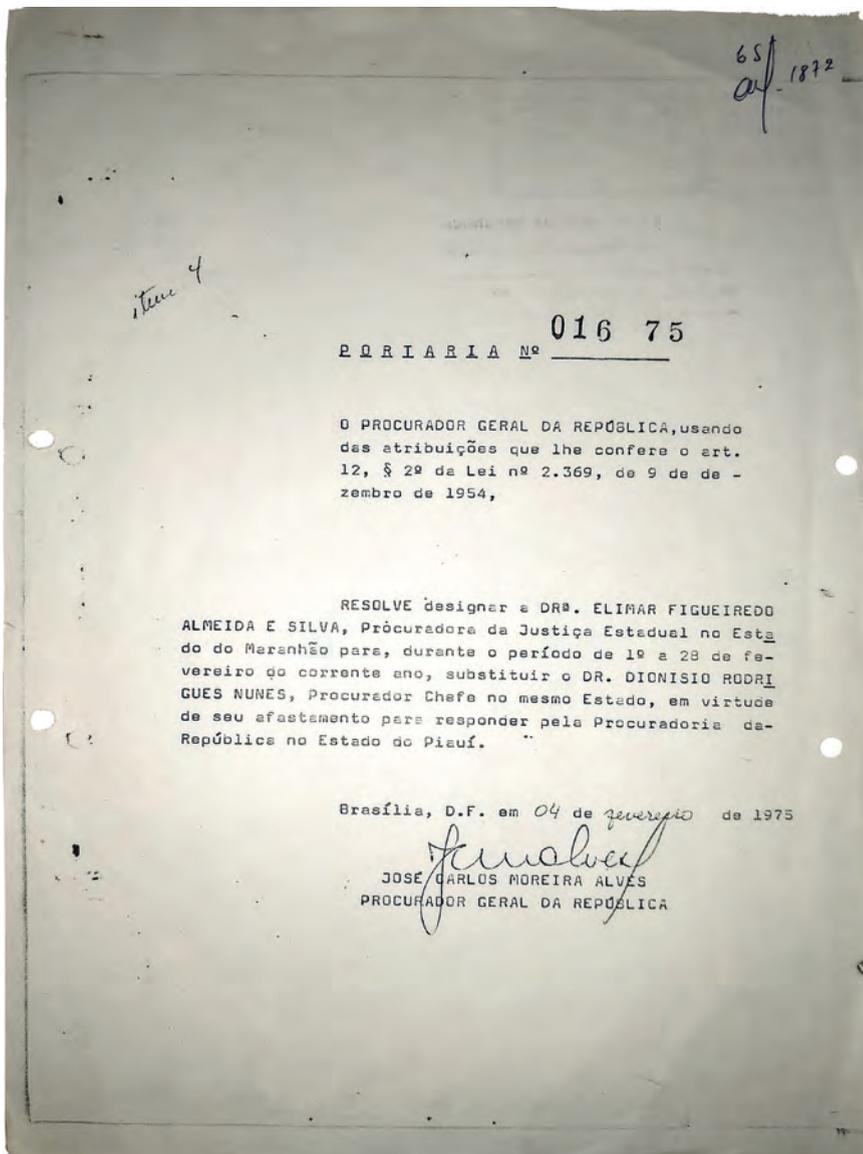
RESOLVE:

Nomear a Procuradora de Justiça **ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA E SILVA**, para integrar, como titular, o Conselho Superior do Ministério Público, com mandato de dois anos, nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS,
16 DE OUTUBRO DE 1995.


Dr. **JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO**
Procurador Geral de Justiça

Membro do CSMP, 1995



Procuradora-Chefe da República no Maranhão (fev.1975)

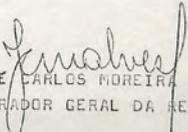
86
auf/1972

- P O R T A R I A Nº 090 75

O PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 12, § 2º da Lei nº 2.369, de 9 de dezembro de 1954, e tendo em vista o que consta do Processo - nº 6.497/72,

RESOLVE designar a DRª. ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA, Procuradora da Justiça Estadual no Estado do Maranhão, para, durante o período de 26 de maio a 24 de julho do corrente ano, substituir o DR. DIONÍSIO RODRIGUES NUNES, Procurador da República Chefe no mesmo Estado, durante o gozo de suas férias relativas ao exercício de 1974.

Brasília, DF., em 20 de maio de 1975.


JOSE CARLOS MOREIRA ALVES
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

Procuradora-Chefe da República no Maranhão (mai-jul.1975)

“Eu nem sei se posso precisar, assim, um ponto alto da minha carreira, tantas as lembranças maravilhosas que eu tenho dela, mas eu acho que chegar a Procuradora-Geral de Justiça e poder realizar meu sonho, proporcionando aos membros da Instituição [*conhecer*] tudo aquilo que eu entendia como justiça social, como engrandecimento profissional, como a paga condigna – isso tudo que, como Procuradora-Geral, eu procurei fazer – talvez aí eu tenha atingido o ápice da minha carreira.”

“Eu acho que não trabalhei em vão. Eu dei o que tinha de melhor de mim, durante 40 anos, ao Ministério Público, que era a razão da minha vida, da minha vida profissional.”



Dra. **Elimar Figueiredo de Almeida Silva** posando com o procurador-geral de justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho no nicho de Celso Magalhães, saguão do edifício sede das Promotorias da Capital, então reinaugurado, em 15.03.2018



Dra. **Elimar Figueiredo de Almeida Silva** recebendo de ator caracterizado como Celso Magalhães, o Patrono do MPMA, à guisa de homenagem pela sua trajetória na Instituição, uma flor *lágrima de sangue*, denominada “flor do Celso” na São Luís do Maranhão de outrora, durante a inauguração do Edifício Aurora Correia Lima Félix, em 14.12.2018



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça